

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL  
CAMPUS DO SERTÃO - UNIDADE SANTANA DO IPANEMA  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

KLECIANE NUNES MACIEL

**Inserção produtiva das mulheres rurais: dinâmica socioprodutiva das mulheres  
extrativistas da Associação Aroeira em Piaçabuçu, Alagoas**

Santana do Ipanema - AL

2018

KLECIANE NUNES MACIEL

**Inserção produtiva das mulheres rurais: dinâmica socioprodutiva das mulheres  
extrativistas da Associação Aroeira em Piaçabuçu, Alagoas**

Monografia apresentada à banca examinadora  
como requisito para conclusão do curso de  
Ciências Econômicas e obtenção de título de  
bacharel em Ciências Econômicas na  
Universidade Federal de Alagoas.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Celso Brandão  
Guerreiro Barbosa.

Santana do Ipanema - AL

2018

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Unidade Santana do Ipanema**  
**Responsável: Rafaela Lima de Araújo**

M152i      Maciel, Kleciane Nunes.  
                Inserção produtiva das mulheres rurais: dinâmica socioproductiva das  
mulheres extrativistas da Associação Aroeira em Piaçabuçu, Alagoas. / Kleciane  
Nunes Maciel.

f.55.: il..

Orientador: Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa.  
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências econômicas) -  
Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de  
Ciências econômicas. Santana do Ipanema, 2018.

Bibliografia: f. 50-56.

1.Economia rural. 2. Mulher rural. 3.Autonomia feminina. 4. Piaçabuçu I. Título.

CDU: 330

**Folha de Aprovação**

**KLECIANE NUNES MACIEL**

Inserção produtiva das mulheres rurais: dinâmica socioprodutiva das mulheres extrativistas da Associação Aroeira em Piaçabuçu, Alagoas.

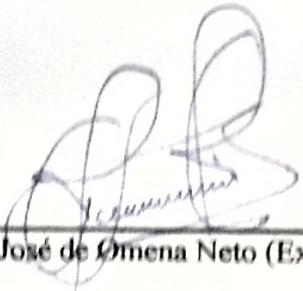
Monografia submetida à banca examinadora da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 25 de Janeiro de 2018.



---

Prof. Dr. Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa – UFAL (Orientador)

**Banca Examinadora:**



---

Prof. Me. Alcides José de Omena Neto (Examinador 1)



---

Prof. Me. Maurício de Siqueira Silva (Examinador 2)

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos meus pais, que mesmo sendo pessoas simples se esforçaram ao máximo para me proporcionar o melhor que poderiam - educação e instrução. Em especial à Maria das Dôres, uma mulher forte, determinada, alegre e uma mãe amável.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pela vida.

À minha família por toda ajuda e apoio durante esses quatro anos da formação, por ter me proporcionado capacidade para realizar meus objetivos e sonhos e por ser, sobretudo minha base.

Agradeço em especial ao meu noivo Wythano Alves, por todo o companheirismo durante esse momento tão importante, bem como por todos os conselhos, valiosas dicas e incentivos dados para seguir sempre em frente e fazer meu melhor.

Também ao meu orientador Prof. Luciano Barbosa por me guiar e por ter contribuído com meu crescimento acadêmico ao longo do curso, dos projetos e pesquisas realizadas com sua orientação. Agradeço também aos demais professores e professoras da Unidade Santana do Ipanema, Campus Sertão da Universidade Federal de Alagoas, que igualmente contribuíram para minha formação acadêmica e profissional.

As mulheres extrativistas e os demais membros da “Associação Aroeira”, pessoas simples e alegres que sempre estiveram disponíveis para conversar, apresentar suas histórias de vida e suas conquistas. Agradeço imensamente por terem contribuído para realização da pesquisa que, conseqüentemente, resultou nesse trabalho.

Por fim, agradeço as minhas colegas de turma e as demais amigas construídas na Ufal Santana, pelos bons momentos de diversão e de aprendizados que compartilhamos. Principalmente à Danielle Viturino, minha parceira em todos os trabalhos e pelo crescimento que obtivemos nessa parceria.

## RESUMO

As mulheres camponesas com seus modos de vida, seus conhecimentos sobre natureza e suas fontes de sobrevivência são importantes sujeitos na construção do rural, embora não tenham sido corretamente reconhecidas como tal e tenham historicamente vivido com privações de direitos básicos e em condição subalterna aos homens. Contudo, é perceptível nos estudos sobre o rural, com perspectiva de gênero, que gradativamente às mulheres têm assumido o seu lugar, se emancipando, e mudando suas vidas. Diante do exposto, este trabalho se fundamenta em um estudo de caso, onde se tem como sujeitos da pesquisa as mulheres rurais que fazem parte da comunidade extrativista da pimenta rosa. Como objetivo central, procura-se analisar em que medida as atividades produtivas realizadas pelas mulheres extrativistas organizadas pela “Associação Aroeira” contribuem para inserção produtiva e autonomia feminina das mulheres rurais de Piaçabuçu, Alagoas. Para elaboração da pesquisa foi realizada uma revisão da literatura, revisão documental e pesquisa de campo. A revisão de literatura foi feita por meio da pesquisa bibliográfica, que orientou toda construção teórica do trabalho. Já a pesquisa de campo, se fundamenta nas técnicas de entrevistas e observações de campo, ocorridas durante visitas à “Associação Aroeira” no decorrer do segundo semestre de 2016 a meados de 2017. Após a pesquisa, chegou-se à conclusão de que o sistema socioprodutivo o qual as mulheres extrativistas organizadas por meio da “Associação Aroeira” fazem parte tem transformado significativamente a vida das mulheres rurais de Piaçabuçu participantes do grupo, a partir da estruturação de empreendimento rural sustentável que possibilitou a sustentabilidade da atividade extrativista; a inserção profissional das mulheres no sistema produtivo; criação de produtos diferenciados de alto valor agregado; geração de rendas melhores e diversificadas; independência financeira e os ganhos de autonomia econômica feminina.

**Palavras-Chave:** Mulheres rurais; auto-organização produtiva; autonomia feminina; empreendedorismo rural sustentável.

## ABSTRACT

Peasant women with their lifestyles, their knowledge about nature and their sources of survival are important subjects in the construction of the rural, although they have not been properly recognized as such and have historically lived with deprivations of basic rights and in subaltern condition to the men. However, it is noticeable in studies on rural, with a gender perspective, that gradually women assumed their place, emancipating and changing their lives. Given the above, this work is based on a case study, where rural women are the subjects of the research, that are part of the extractive community of pink pepper. As a central objective, it seeks to analyze to what extent the productive activities carried out by women extractivists organized by the "Aroeira Association" contribute to the productive insertion and female autonomy of the rural women of Piaçabuçu, Alagoas. For the elaboration of the research a review of literature, a documentary review and field research were carried out. The review of literature was conducted through bibliographic research, which guided the whole theoretical construction of the work. On the other hand, the field research is based on interview techniques and field observations, that occurred during the visits to "Aroeira Association" at the second semester of 2016 to mid-2017. After the research, it was concluded that the socio-productive system which the extractivists women are organized through the "Aroeira Association", It has significantly transformed the lives of rural women from Piaçabuçu that are part of the group, by the structuring of sustainable rural enterprise that made possible the sustainability of the extractive activity; the professional integration of women into the productive system; creation of differentiated products with high added value; generation of better and diversified income; financial independence and female economic autonomy gains.

**Keywords:** Rural women; productive self-organization; female autonomy; sustainable rural entrepreneurship.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Procedimentos realizados na pesquisa de campo na “Associação Aroeira”, Piaçabuçu, Alagoas.....	18
Figura 2 - Município de Piaçabuçu, Alagoas .....	35
Figura 3 - Árvore e fruto da aroeira-vermelha ( <i>Schinus terebinthifolius</i> ).....	38
Figura 4 - Estufas de desidratção termossolar .....	40
Figura 5 – Estufas externas de pré- secagem e pimenta rosa em processo de desidratção....	40
Figura 6 - Produto pronto e marca da pimenta rosa. ....	43

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar

## SUMÁRIO

1. <b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
2. <b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	15
3. <b>EXTRATIVISMO, CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E QUESTÃO DE GÊNERO NO MEIO RURAL</b> .....	20
3.1. Biodiversidade, Extrativismo e Sustentabilidade .....	20
3.2. Questão de Gênero no Meio Rural e Conservação da Biodiversidade .....	25
4. <b>INSERÇÃO PRODUTIVA E AUTONOMIA ECONÔMICA FEMININA NO MEIO RURAL</b> .....	30
5. <b>DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	35
5.1. Breve Histórico Sobre a Associação Aroeira .....	35
5.2. Processo Socioprodutivo Adotado pelas Mulheres Extrativistas da Associação Aroeira.....	37
5.3. Inserção Produtiva E Geração De Autonomia Econômica Para As Mulheres Rurais da Associação Aroeira.....	45
6. <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	48
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	50

## 1. INTRODUÇÃO

O rural, embora seja normalmente visto como espaço de produção agrícola, ele não só tem esse sentido. Uma vez que ele se constitui, sobretudo, em um local de vivência, pois ao longo do tempo várias comunidades foram ocupando o rural e assim suas populações têm o rural não somente como espaço de produção, mas como o meio onde vivem, onde tecem relações sociais e vivem com base em projetos de vida próprios.

Além disso, como observam (BRANDENBURG, 2010; MAZALLA NETO, 2014), as populações rurais são importantes personagens da construção do rural, como os pequenos proprietários, camponeses e agricultores famílias, por exemplo, que possuem tradicionalmente modos de vida diferentes dos da vida urbana e vem imprimindo sua marca no rural brasileiro, onde construíram suas organizações, vêm produzindo alimentos e resistindo no território.

Contudo, a forma que se estabeleceu a estrutura agrária brasileira de uma forma geral não priorizou os interesses e necessidades dessas populações rurais, haja vista que, Brandenburg (2010, p.418) ao falar do rural destaca que no território brasileiro, a “Grande Propriedade, de um lado, e Pequena Propriedade familiar, de outro, constituem a base de uma organização social distinta no meio rural”, e é buscando atender as prioridades da grande propriedade, que o modelo desenvolvimentista adotado para o rural tem gerado historicamente uma situação de vulnerabilidade social e econômica para as populações rurais, bem como possui um padrão insustentável sobre o meio ambiente. Isso tem criado um ciclo de degradação ambiental e dos recursos chaves para estabilidade das populações camponesas.

Da mesma forma, Leff (1994 *apud* LEFF, 2001, p.58) discute que esse modelo amplamente adotado nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, tem criado “[...] um círculo vicioso de desenvolvimento perverso-degradação ambiental-pobreza”, para ele isso tem ocorrido pelo caráter destrutivo do meio ambiente e pela característica excludente do sistema econômico dominante.

Algumas das suas consequências são reconhecidas no nível de pobreza secular no território brasileiro e que ainda existe no período atual. Abordando esse problema pela perspectiva de gênero, os estudos demonstram que entre a população rural em situações de pobreza, as mulheres tendem uma situação de maior vulnerabilidade e os dados relativos à incidência de pobreza para o sexo feminino confirmam essa realidade. No Nordeste em 2010, por exemplo, 48,5% da população pobre eram mulheres (IBGE, 2010 *apud* PORTAL BRASIL, 2014). No caso de Alagoas – Estado do *locus* dessa pesquisa, o estado ocupa a terceira posição dos estados do Nordeste com maiores níveis de pobreza, cerca de 47,4% de

sua população (IBGE, 2017), e numa consulta em base de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil<sup>1</sup>, desagregando o índice de pobreza por sexo, identifica-se que 33,77% das mulheres do rural alagoano em 2013 se encontravam nessas mesmas condições.

No caso das mulheres, em específico, essa situação parece ser agravada devido às determinações da divisão sexual do trabalho no campo e do patriarcado, pois se, por um lado, elas participam menos nos espaços de decisão, seja dentro ou fora do lar, por outro, as mesmas possuem mais dificuldades para inserção em atividades remuneradas, dadas as divisões sexuais de trabalho rural. Com relação a isso, Emma Siliprandi (2013), lembra que as mulheres e os homens do campo são tratados de maneiras distintas, enquanto as mulheres tem seu trabalho invisibilizado, considerado como apenas uma ajuda dentro da família e seus conhecimentos e experiências menosprezados, o homem, por outro lado, é considerado como produtor rural sendo a figura de representação familiar. Schefler aborda ainda que:

No Nordeste brasileiro, a grande maioria das mulheres que depende da agricultura familiar sobrevive em condição de vulnerabilidade econômica, sendo alvo de severas privações materiais e simbólicas acumuladas no curso de suas vidas e reproduzidas sob a forma de desigualdades e discriminações, inclusive, por parte das políticas públicas que, mesmo privilegiando as mulheres em seus discursos oficiais, não têm, efetivamente, se voltado para a perspectiva de gênero (SCHEFLER, 2013 p.12).

A partir dessa perspectiva entende-se que as mulheres não foram efetivamente incluídas nas propostas de desenvolvimento e como observa a economista indiana Vandana Shiva, o paradigma desenvolvimentista dos programas de desenvolvimento implementados nos países do terceiro mundo, como o Brasil, tem contribuído com a marginalização das mulheres, justamente por não incluí-las nesse processo, deixando assim de reconhecer seus conhecimentos tradicionais sobre o ambiente natural e também por destruir suas fontes de sobrevivência (SHIVA, 1991, *apud* SILIPRANDI, 2015).

Logo, entende-se assim que, as assimetrias da divisão sexual do trabalho e a marginalização das mulheres tem criado um ciclo de vulnerabilidade socioeconômica para as mulheres rurais, muitas delas em condições de pobreza, que é vista como um problema, à medida que para Amartya Sen (2000, p.25), a pobreza, vista como privação de liberdade econômica gera um ambiente propício à violação de outras liberdades, como “[...] privação de liberdade social ou política”, que são condições essenciais para as pessoas exercerem sua condição de sujeitos e terem autonomia. E no caso das mulheres, conquistar essas liberdades

---

<sup>1</sup>Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Alagoas. Disponível em:  
< [http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_uf/alagoas#vulnerabilidade](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/alagoas#vulnerabilidade)>. Acesso em 08 Jan. 2018.

implica numa melhor condição de vida pessoalmente e na sociedade, inclusive dar condições para que elas alcancem sua emancipação e exerçam efetivamente seus papéis como sujeitos na sociedade.

Dessa forma, não há como pensar em formas para a superação da pobreza rural e das desigualdades sociais sem considerar as questões pertinentes às relações de gênero. Tendo em vista que, são as mulheres, em várias ocasiões, as protagonistas da busca de condições de vida melhores; e mesmo que localmente, estão mudando essa realidade, tornando o meio onde vivem no ambiente mais justo e igualitário.

E de fato essa participação das mulheres nas últimas décadas está gradativamente se tornando possível, por meio da diversificação de atividades econômicas no meio rural e a auto-organização em associações e outras organizações, identificados como algumas das alternativas para o ingresso das mulheres rurais no sistema produtivo, espaço que elas participam menos e quando participam é de maneira parcial ou secundária devido à divisão sexual do trabalho no meio rural, que atrelam mais as atividades produtivas aos homens, enquanto as mulheres estão atreladas atividades reprodutivas (não remuneradas).

Esses espaços tem sido um dos caminhos trilhados pelas mulheres nessa busca pela inserção profissional no sistema produtivo e para auferir rendimentos próprios, mas por outro lado, são também propostas inovadoras para o rural, algumas dessas organizações se constituem em empreendimentos rurais sustentáveis. Isso tem ocorrido, porquanto muitos deles se constituem em empreendimentos desenvolvidos com bases nas potencialidades locais das regiões rurais e que tendem a preservar os recursos naturais presentes no rural. Pois para Veiga e Ehler (2009), os empreendimentos rurais desenvolvidos com base nas potencialidades ambientais (biodiversidade<sup>2</sup>), ainda existentes no meio rural podem numa via de mão dupla contribuir para aliviar a pobreza rural com a criação de empregos e estimular a conservação ambiental.

A criação desses empreendimentos e o trabalho associado constituem em muitos casos um ambiente propício à autonomia econômica das mulheres, à medida que são espaços de inserção profissional para mulheres rurais; elas passam auferirem renda própria (independência financeira); se capacitar para atuarem no mesmo. E de fato isso parece possível, pois para Castro, M. (2012), o trabalho associado aparece para as mulheres como

---

<sup>2</sup> De acordo com Veiga e Ehler as potencialidades ambientais estão relacionadas ao manejo de fontes de biodiversidade, conceituada por Normander (2012), como a diversidade de todos os organismos vivos no planeta terra e a diversidade presente dentro dos vários ecossistemas que o compõe, entendido como os complexos ecológicos. Com base nisso, entende-se a biodiversidade como toda variedade de vida presentes nos ecossistemas naturais, como espécies animais e vegetais, que do ponto de vista econômico fornece vários recursos utilizados para o consumo ou é base para diversas atividades econômicas.

uma forma viável de conquistarem sua autonomia econômica, através da qual trabalhando em conjunto as mulheres se fortalecem.

Com base nisso, entende-se neste trabalho que auto-organização produtiva cria condições favoráveis para as mulheres conseguirem espaço no sistema produtivo (trabalho remunerado). Essa inserção profissional tem um peso essencial para independência financeira das mulheres e é parte necessária para o fortalecimento pessoal e social das mesmas, uma vez que, a independência financeira, a capacidade e liberdade para fazer escolhas (empregar a renda e planejar sua vida) e o melhoramento do nível de instrução são fatores indispensáveis para os ganhos de autonomia feminina. Essa autonomia feminina é fundamental para a melhoria das condições de vida das mulheres e para seu desenvolvimento, dado às condições que se encontram atualmente no rural alagoano, como foi citado anteriormente.

Nesse sentido, objetivo geral desse trabalho é analisar como as atividades produtivas realizadas pelas mulheres extrativistas organizadas pela “Associação Aroeira” contribuem para inserção produtiva e autonomia feminina das mulheres rurais de Piaçabuçu, Alagoas. Com essa finalidade busca-se com objetivos mais específicos: a) Debater a inter-relação entre extrativismo, conservação da biodiversidade e questão de gênero no meio rural; b) Discorrer sobre autonomia econômica feminina no meio rural; c) Realizar um breve histórico sobre a Associação Aroeira; e d) Caracterizar o processo socioprodutivo adotado pelas mulheres extrativistas da “Associação Aroeira”, verificando se este processo contribui para a inserção produtiva e para a geração de autonomia das mulheres rurais.

A construção desse trabalho está dividida em seis partes. Além dessa parte introdutória, onde o problema da pesquisa é contextualizado e apresentam-se os objetivos do trabalho, há a descrição dos procedimentos metodológicos da pesquisa, mais três capítulos e as considerações finais do estudo.

No primeiro capítulo titulado “Extrativismo, Conservação da Biodiversidade e Questão de Gênero no Meio Rural”, é apresentado o referencial teórico com abordagem interdisciplinar sobre a problemática da conservação da biodiversidade, sustentabilidade do extrativismo manejado pelas comunidades tradicionais, contextualização da questão de gênero no campo e o protagonismo das mulheres rurais na conservação ambiental. O segundo capítulo titulado “Inserção Produtiva e Autonomia Econômica Feminina no Ambiente Rural”, faz um breve panorama da situação das mulheres no meio rural e versa sobre os caminhos trilhados por elas para seu reconhecimento profissional, inserção no sistema produtivo e para os ganhos de autonomia feminina. O terceiro capítulo se concentra na descrição e análises dos resultados da pesquisa, onde é feito um breve histórico do processo de organização da

comunidade extrativista e criação da “Associação Aroeira”; há apresentação do sistema socioprodutivo adotado pelas mulheres extrativistas e a exposição dos princípios que norteiam um ambiente favorável para a inserção produtiva e geração de autonomia econômica para as mulheres rurais ligadas a associação estudada.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho se caracteriza como um estudo de caso, a partir de uma pesquisa exploratória da associação de extrativistas “Associação Aroeira”, localizada no município de Piaçabuçu, Alagoas. Quanto ao método analítico da pesquisa optou-se por uma combinação de técnica de natureza qualitativa e quantitativa, valendo-se assim da abordagem quali-quantitativa, contudo, a abordagem é prioritariamente qualitativa. A forma analítica da interpretação dos resultados escolhida é vista como complementares, pois:

Do ponto de vista metodológico, não há contradição [...] do ponto de vista epistemológico, nenhuma das abordagens e mais científica do que a outra, mas são de natureza diferente. A relação entre abordagem quantitativa (objetividade) e a qualitativa (subjetividade) não pode ser pensada como de oposição ou contrariedade, como também não se reduz a um *continuum*. As duas abordagens permitem que as relações sociais possam ser analisadas nos seus diferentes aspectos: a pesquisa quantitativa pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa (BRUGGEMANN; PARPINELLI, 2008, p.564).

Para elaboração da pesquisa foi realizada uma revisão da literatura e pesquisa de campo, onde a revisão de literatura foi fundamental para a construção teórica do trabalho e foi alcançada a partir da pesquisa bibliográfica, caracterizada como sendo “um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes” para a pesquisa (BONI; QUARESMA, 2005, p.71). Nessa revisão foram analisadas várias obras (monografias, livros, artigos em revistas, artigos em meio eletrônico e dissertações) e se caracterizam por um caráter mais interdisciplinar devido às várias áreas de conhecimento das obras lidas.

Em segundo momento foi realizada a pesquisa de campo, ocorrida ao longo do segundo semestre de 2016 a meados de 2017, visto que, a pesquisa fundamentou-se em três visitas a “Associação Aroeira”, cujo, ocorreram em momentos diferentes no decorrer do período citado.

Esta pesquisa teve como público-alvo as mulheres extrativistas integrantes da referida associação, que atualmente representa aproximadamente 90% (cerca de 83 mulheres) do número total de associados (93 no total), entretanto, dessas 83 mulheres extrativistas associadas só foi possível estabelecimento de contato com três delas. Uma delas é a Diretora-Presidente da associação, e que faz parte desde o início organizativo do grupo e mais duas extrativistas associadas. As demais não se encontravam na associação durante as visitas, pois a maioria delas somente frequenta a associação durante os períodos de safra, quando o trabalho é mais intenso. Apenas as mulheres que fazem parte da diretoria ou estavam realizando outras atividades se encontravam presente nesse período.

No entanto, as falas coletadas das associadas ouvidas na pesquisa permitiram algumas análises de opiniões e percepções importantes acerca das mulheres extrativistas da “Associação Aroeira”. Inclusive, a Diretora-Presidente possui um vasto conhecimento sobre a atividade extrativista no município de Piaçabuçu, bem como, das histórias de vida das demais associadas.

Na pesquisa de campo, a forma de obtenção das informações referentes à pesquisa se deu por meio de entrevistas e observações *in loco*, embora nesse caso, a entrevista foi a principal técnica de coleta de informações escolhida. A entrevista é definida por Haguette (1997, p.86) como um sendo um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”, “[...] utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou tratamento de um problema” (MARCONI; LAKATOS, 1996, p.84).

A entrevista como técnica de coletas de dados é bastante utilizada em estudos exploratórios e pesquisas qualitativas, por permitir melhor compreensão do problema, gerar hipóteses e fornecer elementos para a coleta de dados, bem como é utilizada para investigar um tema em profundidade como nas pesquisas qualitativas (GIL, 2008), como proposto nessa pesquisa.

Importante desse método é que além dos dados objetivos, ele fornece dados subjetivos, esses últimos especialmente, são particulares de cada sujeito e contexto pesquisados a partir de suas próprias percepções. Considerando Boni e Quaresma (2005), os dados objetivos podem ser obtidos por fontes secundárias, como censos e estatísticas, já os subjetivos só por meio das entrevistas, uma vez que se relacionam particularmente com os valores, as atitudes e as opiniões dos sujeitos entrevistados. Nessa pesquisa os dados subjetivos são bastante relevantes para captar o olhar das mulheres extrativistas da “Associação Aroeira” sobre a realidade vivida, bem como suas análises e opiniões.

Esse método tem algumas particularidades, Yin (2005 *apud* NASCIMENTO, 2008) considera-o, no entanto, como uma das mais importantes formas de se obter informações num estudo de caso, contudo, adverte que é preciso se atentar a duas tarefas ao longo do processo, para que isto ocorra da melhor forma:

- I) Seguir a própria linha de investigação, como reflexo do protocolo do estudo de caso em questão e fazer as questões para uma conversação de uma forma não tendenciosa que também atenda às necessidades da linha de investigação específica.
- II) o segundo passo consiste na análise dos dados, que é o exame, a categorização, classificação em tabela, o teste ou, do contrário, a recombinação das evidências quantitativas e qualitativas para tratar as proposições iniciais de um estudo. (YIN, 2005 *apud* NASCIMENTO, 2008, p.27).

Quanto à forma de entrevista priorizou-se a entrevista semiestruturada, onde se combinam perguntas abertas e fechadas, a partir de certo roteiro com questões previamente definidas, embora, ela se faz em um contexto de uma conversa informal e o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto (BONI; QUARESMA, 2005). Algumas das vantagens dessa técnica são:

[...] sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos. Além disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas. Elas também são possibilitadoras de uma abertura e proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, o que permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados, ou seja, quanto menos estruturada a entrevista maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes. Desse modo, estes tipos de entrevista colaboram muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes têm podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa.

As suas desvantagens estão mais relacionadas à execução da entrevista, principalmente com relação ao diálogo proposto, pois a forma de expressão de ambas as partes (entrevistador e entrevistado) pode ocasionar uma interpretação errônea; há possibilidades de o entrevistado ser influenciado, seja conscientemente ou inconscientemente; o entrevistado pode reter informações importantes por insegurança; e esse método implica menos controle das respostas (MARCONI; LAKATOS, 1996). Contudo, por ser uma técnica mais flexível, alguns desses problemas podem ser resolvidos no andamento de sua realização por meio de adaptações das situações e contextos específicos durante a entrevista, como por exemplo, a forma de abordagem aos entrevistados, deixando-os mais à vontade e seguros para responder os questionamentos como foi feito nessa pesquisa.

Assim, foi construído um instrumento de pesquisa com perguntas abertas e fechadas, que permitiram uma maior liberdade de resposta dos entrevistados, e uma reflexão dos mesmos sobre suas próprias experiências. Isso implica dizer, que os resultados da pesquisa representam também a visão dos próprios sujeitos estudados sobre suas realidades, nesse caso a visão das próprias mulheres extrativistas sobre sua vida e suas conquistas.

Com base nisso, mais especificamente, foram realizadas três entrevistas durante visitas à associação, em períodos diferentes, com: a Diretora-Presidente da “Associação Aroeira”, com o Vice-presidente, com algumas associadas, bem como, com um técnico da organização não governamental que presta suporte a associação - Instituto Ecoengenho (como descrito na **Figura 1**).

**Figura 1:** Procedimentos realizados na pesquisa de campo na “Associação Aroeira”, Piaçabuçu, Alagoas



Fonte: Autora (2017).

Para as entrevistas foi construído um roteiro de questionamentos a fim de entender a realidade local. Nesse roteiro buscou-se compreender a situação socioeconômica das mulheres extrativistas antes e após o ingresso na associação e obter informações sobre a esfera produtiva da “Associação Aroeira”, a partir de alguns questionamentos, como a) as formas como sobreviviam antes de ingressar na associação (formas de obtenção de renda); b) condições sociais e econômicas que viviam; c) nível de instrução; d) estrutura produtiva; e) funcionamento, dinâmica e organização do sistema produtivo; f) identificação das atividades produtivas realizadas na associação; g) participação das mulheres no processo produtivo; h) aspectos econômicos e financeiros; i) atividades de formação realizadas pelas mulheres associadas; e j) interações sociais realizadas pelas mesmas.

Além disso, durante a pesquisa de campo foi realizada também a técnica de ‘Observação de Campo’. Quanto a essa técnica, Boni e Quaresma (2005) identificam como um método utilizado na coleta de dados para conseguir informações sob determinados aspectos da realidade, como por exemplo, “[...] a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (MARCONI; LAKATOS, 1996, p.79).

Dessa forma, na pesquisa de campo, foram realizadas observações *in loco* por meio de observações da “Associação Aroeira”, “Unidade de Beneficiamento” e também das áreas extrativistas, onde por visão própria pôde-se conhecer e tomar algumas considerações. E a inserção no campo de pesquisa, como pesquisador e observador, enriquece a colheita de informações, devido às referências advindas do contato direto e da visão *in loco* das diversas realidades existentes na comunidade pesquisada (OLIVEIRA, 2016), nesse caso sendo a extrativista. Com base nisso, alguns dos resultados são advindos de evidências, frutos de observações registradas no decorrer das visitas de campo.

Com o intuito de coletar mais alguns dados, em um terceiro momento, ocorreram pesquisas documentais do Instituto Ecoengenh sobre a “Associação Aroeira”, com o objetivo de obter mais informações sobre o funcionamento da associação, bem como conseguir mais dados sobre idealização; execução do projeto e como se estrutura o sistema produtivo da pimenta rosa.

### 3. EXTRATIVISMO, CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E QUESTÃO DE GÊNERO NO MEIO RURAL

#### 3.1. BIODIVERSIDADE, EXTRATIVISMO E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Recentemente os estudos acerca da biodiversidade vêm sendo discutidos de maneira mais comum, alguns autores serão mais tratados nessa pesquisa, tais como: a) agrônomo José Evaldo Gonçalo (2006); b) engenheira agrônoma Maria Sueli Heberle Mafra (2007); c) psicóloga e antropóloga Hulda Helena Coraciara Stadtler (2007); d) sociólogo Mauro Leonel (2000), e) sociólogo Antônio Carlos Diegues (2000); f) economista José Eli da Veiga (2009); g) economista Eduardo Magalhães Ribeiro (2005) e h) economista Carlos Eduardo Frickmann Young (2003).

Todos os autores, com abordagens próprias de suas áreas, como a ciência agrária, ciência humanas e ciências sociais, discutiram sobre a biodiversidade, mostrando as possibilidades de uso e preservação da mesma; os aspectos sociais e culturais dos povos tradicionais, que fazem o uso da biodiversidade e as possíveis atividades econômicas mais sustentáveis realizadas com base nos recursos da biodiversidade.

Mesmo sendo um termo recente, criado por volta de 1980 pelo biólogo Edward O. Wilson, quando começou a aparecer pela primeira vez em seus trabalhos (VEIGA; EHLER, 2009), para Normander (2012) a biodiversidade é indispensável para o equilíbrio ambiental. Pois para ele é a diversidade biológica e suas funções que mantêm os ecossistemas naturais funcionando em equilíbrio. Para uma compressão mais clara da importância da biodiversidade pelo ponto de vista estrutural, Normander explica a biodiversidade como:

[...] um complexo sistema de, literalmente, milhões de espécies distintas – de minúsculos micro-organismos passando por toda a hierarquia até os predadores – interconectadas por cadeias alimentares, polinização, predação, simbioses, antibioses e muitas outras interações químicas e biológicas, muitas das quais não são sequer conhecidas. O dano causado a uma parte do sistema – eliminação de algumas espécies importantes, por exemplo – pode provocar o colapso de todo o sistema” (2012, p. 191).

É difícil quantificar o valor da biodiversidade em termos monetários, contudo, a biodiversidade é responsável por diversas funções ambientais e é base para desenvolvimento de várias atividades econômicas. Dentre algumas justificativas de sua importância biológica e econômica a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico- OCDE (1996 *apud* VEIGA; EHLERS, 2009) destaca: a regulação da temperatura e do clima; manutenção das fontes de água superficial e subterrânea; proteção e fertilização dos solos; fonte de

alimentos, fibras, produtos farmacêuticos, químicos, etc.; é base para as culturas agrícolas e para o melhoramento e desenvolvimento de novas variedades; oferece belezas que podem ser utilizadas para ecoturismo; bem como, oferece valores estéticos, científicos, culturais, dentre outros valores intangíveis e não monetários.

Estima-se que o território brasileiro abriga uma grande parcela de toda a biodiversidade do mundo, “[...] cerca de 20% do número total de espécies do planeta, o que o coloca no grupo dos países megadiversos” (MITTERMEIER et al., 1992, *apud* SOUZA, 2003, p. 10). Uma possível explicação para isso é a composição dos biomas presentes no seu território, tendo em vista seus vários biomas, são eles: Amazônia, o Cerrado, Mata Atlântica, a Caatinga, o Pampa e o Pantanal, como definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2004).

Contudo, os padrões de produção e consumo das sociedades contemporâneas têm chegado um nível de alta exploração da natureza e degradação ambiental, onde segundo Cechin e Veiga (2010, p.40): “[...] o capital natural é tratado apenas como uma fonte de fluxos de recursos, tais como os minerais, os combustíveis fósseis e os nutrientes do solo, prontos para serem transformados pelo processo produtivo”, esse padrão tem por outro lado, elevado a perda da biodiversidade e comprometido as condições de vida de várias populações tradicionais da floresta e comunidades rurais que sobrevivem dela.

O modo de produção relativo às atividades econômicas realizadas no Brasil tem historicamente esse padrão de alta exploração da natureza. Corroborando com Young (2003, p.171), "Historicamente, a estrutura social e o modo de produção relativo à atividade brasileira sempre estiveram intimamente ligados a atividades predatórias ao meio ambiente, sendo insustentáveis sob os pontos de vista agrícola, econômico e social”.

Utilizando a Mata Atlântica como exemplo<sup>3</sup>, de acordo com (YOUNG, 2003), a sua destruição veio correndo gradativamente ao longo dos séculos por duas vias de pressão econômica:

Primeiro, a exploração predatória dos recursos naturais, em uma visão “curto-prazista” e não sustentável leva à degradação da floresta e, em particular, à pressão sobre determinadas espécies de elevado valor econômico. Segundo, a demanda por

---

<sup>3</sup> Ao analisar a biodiversidade do território brasileiro o bioma Mata Atlântica é tomado como exemplo central nesse trabalho, por ser considerado o bioma que abriga a maior parte da biodiversidade do território brasileiro e do mundo, mas por outro lado, é um dos biomas brasileiros que mais sofreu intervenção humana, e teve seus recursos explorados a um nível que levou a degradação de maior parte de suas matas nativas. Capobianco (2001), no Dossiê da Mata Atlântica estima que o bioma abrigue cerca de 20.000 espécies, o que representa entre 33 e 36% das espécies existentes no Brasil, e sua biodiversidade chega a ser maior que o número total de espécies em alguns continentes, como: América do norte que possui 17.000 espécies; Europa com 12.500 espécies.

terra para uso agropecuário resulta na perda de habitats de floresta, convertidos em pastagens ou área de cultivo (YOUNG, 2003, p.171).

Em estudo específico das causas socioeconômicas do desmatamento da Mata Atlântica brasileira<sup>4</sup> Young (2005) aponta que, desde o século XVI ao século XX, os ciclos econômicos do pau-brasil, cana-de-açúcar, gado, ouro e café, embora tenham tido grande impacto na economia brasileira e também nos seus modos de produção e distribuição, todos eles causaram sérios danos à Mata Atlântica, em grande parte por não terem possuído abordagens sustentáveis.

Mais especificamente quanto às atividades de extração dos recursos ambientais, essas ocorrem com base no extrativismo. O extrativismo, por ser uma atividade de “[...] extração e coleta de produtos encontrados na natureza (não cultivados), sejam elas predatórias ou não, voltadas para trocas ou para o consumo familiar” (SILVA et al, 2016, p.3), tem tendência ao esgotamento da fonte de exploração, quando esta ocorre com base em uma ação predatória e sem observar os ciclos de reconstrução natural. Um caso conhecido é o da extração florestal do pau-brasil<sup>5</sup>.

Observar os ciclos naturais de reconstrução da natureza e de seus recursos são fundamentais, pois para Reis:

“[...] a garantia de continuidade de qualquer processo exploratório está relacionada à manutenção da estrutura genética das populações naturais das espécies sob manejo, a qual tem implicações na reposição do estoque pela regeneração natural, garantindo a sustentabilidade” (REIS, 1999 *apud* REIS et al, 2003, p.160).

É importante ressaltar, no entanto, que há o extrativismo para consumo e extrativismo para trocas. Com base em Costa (2010) o primeiro distingue-se do segundo, sendo caracterizado por ele como extrativismo de coleta e extrativismo de aniquilamento. O Extrativismo de aniquilamento se caracteriza por ser uma atividade que atende ao interesse mercantil e nesse caso “[...] o trabalho do extrator ‘anula’ as propriedades originais do ecossistema, tomando suas partes, seus componentes estruturais como estoque de matérias independentes e genéricas [...]” (COSTA, 2010, p.174, *grifo do autor*).

<sup>4</sup> Mesmo não havendo dados precisos sobre sua dimensão original estima-se que a Mata Atlântica cobria entre 12% a 17% do território brasileiro, com uma extensão de aproximadamente 1,5 milhões de km<sup>2</sup> (SOUSA, 2013; CASTELO BRANCO, 2015; CAPOBIANCO, 2001; PROBIO, 2002), estendendo-se originalmente desde o nordeste ao sul do Brasil, por 17 Estados (SOS MATA ATLÂNTICA, 2017), contudo, como relata a organização não-governamental SOS Mata Atlântica (2017), estima-se que atualmente restam somente cerca de 12,5% de remanescentes florestais.

<sup>5</sup> O pau-brasil é uma espécie de árvore da Mata Atlântica, amplamente explorada no Brasil colônia, por ter sido à primeira atividade econômica desenvolvida no território brasileiro. De acordo com Bueno (1998, *apud* YOUNG, 2005), em 1605, pouco mais de 100 anos a atividade já estava sendo comprometida com a escassez do pau-brasil.

Já no extrativismo de coleta, “[...] supõe a preservação da natureza originária, dado que é a produtora, no exercício de suas funções reprodutivas, dos valores-de-uso, que, como um fluxo, são colhidos por ação imediata do trabalho do extrator” (COSTA, 2010, p.175), entretanto, isso requer o conhecimento dos processos naturais originais que tendem a essa preservação e que é comum dos povos tradicionais (COSTA, 2010).

Verifica-se, contudo que, as ações predatórias sobre os recursos ambientais somente ocorrem quando a ação humana sobre a natureza se resume uma lógica mercantil desregulada, como já observado por Costa (2010) ao tratar do extrativismo de aniquilamento e, portanto, Mourão (1971, *apud* DIEGUES, 2002, p. 136), concorda com Costa ao ressaltar que esse processo ocorre quando o “[...] extrativismo torna-se uma atividade principal, respondendo exclusivamente a uma demanda do mercado”.

Tratando das consequências socioeconômicas e ambientais desse tipo de extrativismo mercantilizado que se desenvolveu na América Latina, como no caso do Brasil, Carvajal aborda o mesmo pela lógica da indústria extrativista, que:

a) Produce daños ambientales irreversibles, contaminado el aire, los suelos, las fuentes hídricas y provocando grandes pérdidas de biodiversidad; b) los derechos humanos de las comunidades afectadas, destruye sus formas de vida y economías tradicionales, convirtiéndolas en dependientes de mercados externos. C) las oportunidades laborales como uno de los mayores beneficios de los proyectos, sin embargo, la mano de obra que éstos demandan es reducida, temporal, precaria y casi exclusivamente masculina; d) Genera la reprimarización de las economías latino-americanas, en la que los países atraen la inversión extranjera para la extracción y producción de materias primas, debilitando otros sectores de sus economías. (CARVAJAL, 2016, p.12).

Todavia, embora a atividade extrativista tenha uma tendência à exaustão dos recursos ambientais, quando é realizada com práticas de coleta e manejo adequado ao meio ambiente é possível conciliar o extrativismo com o manejo florestal e conservação da biodiversidade. Com base em Anderson (1990, *apud* SOUZA, 2003) e DIEGUES (2002), muitas das vezes são as populações rurais e tradicionais no contexto local que conseguem tornar essa atividade ecologicamente sustentável<sup>6</sup>, pois praticam um tipo de manejo da floresta com base em

---

<sup>6</sup> Souza (2003) aborda a sustentabilidade do extrativismo em três dimensões: dimensão econômica, social e ambiental. Para a autora, a sustentabilidade vai depender da capacidade da atividade extrativista permanecer economicamente lucrativa ao longo do tempo, proporcionando melhores condições sociais aos participantes, e possa ecologicamente manter-se em equilíbrio, quanto às características agronômicas e ecológicas. Na última dimensão mais especificamente, a sustentabilidade ambiental representa a capacidade de resiliência do ecossistema, que segundo Cabell e Oelofse (2012 *apud* NICHOLLS *et al*, 2015), é a capacidade de regeneração e adaptação de um sistema social ou ecológico após absorver perturbações visando manter sua estrutura organizacional e produtividade.

conhecimentos construídos ao longo de uma coevolução com a natureza, próprios de suas culturas e respeitam os ciclos de reconstrução dos recursos naturais<sup>7</sup>.

Nesse sentido, pelas populações tradicionais serem consideradas possíveis excelentes gestoras da natureza, estarem vivendo em áreas de remanescentes florestais e por comumente viverem em condições de vulnerabilidade socioeconômica elas seriam sujeitos importantes para conservação ambiental. Tendo em vista que, como observa Veiga e Ehler (2009, p.1), “a estratégia convencional de conservação, baseada na manutenção e expansão de áreas protegidas, é insuficiente para manter a diversidade da vida”. Para os autores é necessária também, ampliação de atividades econômicas que tendam a conservação da biodiversidade, ou até mesmo contribuam com seu acréscimo, como por exemplo: o aproveitamento das potencialidades do meio rural para criação de atividades econômicas e a diversificação dos sistemas produtivos agrícolas.

Da mesma forma, Posey (1996 *apud*, SOUZA, 2003, p.11-12), relata que:

[...] para que os programas conservacionistas obtenham resultados, as comunidades devem perceber os benefícios concretos e ter interesse direto na conservação do seu meio ambiente. Para tanto, é essencial a valorização das espécies (flora e fauna) nativas, e o conhecimento local acerca delas, de forma a desenvolver sistemas de produção que incluam os recursos naturais que a área possui (tais como potencial artesanal, alimentício, medicinal, aromático, entre outros) e a participação das populações locais na sua exploração.

Ou ainda, no caso do extrativismo uma estratégia válida para incentivar as atividades extrativistas sustentáveis, proposta por Young (2005), seria o incentivo financeiro por meio de elevação dos preços pagos aos extrativistas por seus produtos, por meio de subsídios ou outras estratégias econômicas de apoio. Bem como “aumentar a diversificação dos produtos comercializáveis obtidos por meio do manejo” (YOUNG, 2003, p.173), embora, é preciso que as autoridades analisem corretamente quem será esses beneficiários e quais atividades extrativistas provocam menos impactos ambientais (YOUNG, 2003). Outras sugestões e instrumentos importantes são apontados pelo autor para incentivar o manejo sustentável dos recursos:

a) Certificação de produtos para torná-los mais atraentes em mercados ambientalmente conscientes, uma vez que são oriundos do manejo florestal sustentável; b) Incentivo à comercialização direta dos produtos, gerando maior valor agregado; c) Bolsas para comercialização de produtos da Mata Atlântica; d) Subsídio às práticas consideradas sustentáveis por meio de linhas de crédito e incentivos fiscais; e) Captura de recursos pelo pagamento por serviços prestados pela floresta

<sup>7</sup> Esse conhecimento conceituado por Diegues (2000, p.30), como o “[...] saber e o saber-fazer, a respeito do mundo natural e sobrenatural [...]”, é próprio das comunidades tradicionais indígenas e não indígenas. Isso ocorre, porque são esses seres humanos que viveram intimamente ligados à natureza e como observam Gómez-Pompa e Kaus (1992, *apud* DIEGUES, 2000) esses saberes resultam de uma co-evolução entre as sociedades e seus ambientes naturais e para eles permitem a conservação e o equilíbrio entre ambas.

enquanto reguladora de fluxos hídricos, mantenedora de biodiversidade e estoques de carbono; f) Ecoturismo. (YOUNG, 2003, p.180).

A partir desse pensamento, as estratégias que tendam o fortalecimento de ações locais, bem como a implementação de políticas públicas orientadas pela busca da conservação da natureza e da biodiversidade, necessitam estarem atreladas a perspectiva social e de inclusão produtiva. Isso pode contribuir com alternativas produtivas para as comunidades rurais e o desenvolvimento de atividades econômicas com base nos recursos da biodiversidade e no conhecimento local. Cabendo, contudo, observar os padrões de sustentabilidade nas dimensões socioeconômicas e ambientais.

### 3.2 QUESTÃO DE GÊNERO NO MEIO RURAL E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

De acordo com Pinho (2005, *apud* FRANÇA et al., 2015), a dimensão semântica da palavra gênero comporta de forma geral, fundamentalmente:

(i) aspecto social, que diz respeito à construção social, histórica e cultural, elaborada sobre as diferenças sexuais, bem assim, sobre as relações construídas entre os dois sexos; o (ii) aspecto psíquico, ou seja, a configuração de uma subjetividade masculina e feminina e o (iii) aspecto físico do ser, sua conformação física, orgânica, genética, celular, hormonal, material, funcional e peculiar que o distingue e o qualifica como homem ou mulher (PINHO, *apud* FRANÇA et al., 2015, p.296).

Com base nisso, entende-se que a categoria gênero possui uma abordagem mais geral, que vai além da atrelada ao sexo masculino e feminino com base no aspecto físico e biológico, bem como, as determinadas atribuições que foram e são lançadas às mulheres e aos homens estão atreladas também as construções sociais e culturais que vêm sendo perpetuadas ao longo da história. Nesse sentido, corroborando com França et al. (2015, p.297), “[...] a dimensão social impulsiona o sentido da palavra para uma abertura que vai além do aspecto masculino e feminino determinados pelo físico, isto é, que em muitas ocasiões o indivíduo vivencia um papel determinado pela sociedade”.

No campo dos estudos feministas, por exemplo, a terminologia ‘gênero’, surgiu como instrumento para desnaturalizar às desigualdades entre os sexos, enfatizando com ela, que ser homem ou ser mulher é uma combinação de vários fatores de ordem econômica, social, política, étnica e cultural, muito além do aspecto natural e biológico (SARDENBERG, 1998, *apud* SARDENBERG, 2007).

A literatura sobre gênero ajuda compreender como esses fatores influem sobre as desigualdades existentes em relações aos homens e mulheres. Como indicado na bibliografia, as relações entre homens e mulheres foram construídas numa posição de dominação

“masculina”, onde o “feminino” tem sido construído como subordinado ao primeiro. Na prática social, os homens têm assumido ao longo da história posições de maior prestígio, privilégios e de maior poder, posições que remetem também as funções que lhes são determinadas. A partir de uma construção hierárquica da divisão sexual do trabalho, o trabalho dos homens difere dos atribuídos as mulheres e estes possuem valores econômicos e sociais desiguais (SANDENBERG, 2010; SARAIVA, 2010; VASCONCELLOS, 2015).

A forma como a divisão sexual do trabalho foi estabelecida levou a separação do trabalho produtivo (conferido aos homens) e reprodutivo (atrelado às mulheres)<sup>8</sup>, frisa-se, no entanto, o último como pouco valorizado por constituir atividades não mensuráveis pela visão da economia formal. Tratando mais especificamente, com relação à perspectiva de gênero no campo, ao se referir à divisão sexual do trabalho, essa divisão vai ocorrer de acordo com as especificidades do meio rural que é fortemente marcada pelo patriarcado característico da superioridade masculina sobre a feminina<sup>9</sup>, onde cabe ao sexo masculino à representação social da família e o encargo do trabalho produtivo:

Prevalece a organização de uma divisão sexual do trabalho que designa aos homens a responsabilidade de provedores da família, de “chefes de família” e, portanto, encarregados do trabalho produtivo “na roça” e delega-se às mulheres a função dos cuidados e do trabalho doméstico, além das atividades que circundam as proximidades do seu território “tradicional”, as casas, incluindo o cultivo das hortas e os cuidados de pequenos animais (VASCONCELLOS, 2015, p.343).

Isto é, as atividades que atendem a reprodução da família como a coleta e a produção de alimentos para o autoconsumo familiar, fornecimento da água, os cuidados com a casa e o quintal, são atribuições mais atreladas às mulheres e que são comumente invisibilizadas por serem consideradas atividades reprodutivas e não remuneradas.

Para França et al. (2015), embora estas atividades não sejam tão bem reconhecidas no âmbito da economia formal, justamente por não possuírem valor monetário, no meio rural elas são à base do sustento das famílias, como é o caso da “[...] produção agrícola para o autoconsumo; seleção, aquisição e preparo de alimentos; resgate e conservação de sementes; cuidados de saúde familiar; entre outras atividades que normalmente são tarefas 'não mensuráveis' pela visão da economia formal” (FRANÇA et al, 2015, p.5).

---

<sup>8</sup> As atividades “[...] produtivas são aquelas que geram diretamente um ingresso, seja de produtos em espécie, seja monetário: comercialização de alimentos ou trabalho assalariado. As atividades reprodutivas são aquelas que contribuem para manutenção e reprodução da força de trabalho, também denominadas de atividades domésticas” (LISBOA; LUSA, 2010, p.885-886).

<sup>9</sup> Butto et al., (2014, p.100), relata que no meio rural a vida das mulheres é marcada por relações patriarcais, onde “os homens determinam os rumos da família, que se organiza a partir do poder hierárquico masculino, centrado na figura do pai, cujos interesses são apresentados como sendo hegemônicos. Nesse cenário, os desejos e opiniões das mulheres são oprimidos e o trabalho produtivo e reprodutivo que realizam é invisibilizado.”. Cabe ressaltar que, por extensão, após o casamento o poder masculino da figura do pai transfere-se para o marido.

Lisboa e Lusa (2010) ao fazerem uma pesquisa sobre o desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero, comparando o Brasil, México e Cuba, ressaltando o protagonismo das mulheres camponesas junto à produção de alimentos e ao manejo de recursos naturais, concluíram igualmente que, devido as suas responsabilidades na provisão de alimentos para o sustento da família, elas adquiriram um papel preponderante na gestão dos recursos naturais. Coleta de frutos, raízes, lenha, ervas e plantas medicinais, cuidado com a água etc. são algumas de suas atividades, para as autoras, todas elas requerem um aguçado conhecimento dos ecossistemas circundantes assim como das particularidades dos ciclos naturais. Isso tem contribuído para que as mulheres sejam usuárias e gestoras da natureza e da biodiversidade:

[...] elas contribuem para manter a diversificação e associação dos cultivos, semeadura, manejo integrado de pragas, conservação do solo, proteção e aproveitamento de plantas com fins nutricionais, medicinais, sanitários e econômicos. Através de seus conhecimentos contribuem como usuárias e como gestoras de todo um sistema de biodiversidade [...] (LISBOA; LUSA, 2010, p.885).

Diante desse contexto, as mulheres são vistas sobre o ponto de vista do ecofeminismo<sup>10</sup>, como importantes gestoras do meio ambiente. Tendo como base o pensamento da economista indiana Bina Agarwal expoente do pensamento ecofeminista, Siliprandi (2009) supõem desde uma visão construtivista do ecofeminismo<sup>11</sup>, que as mulheres desenvolveram todo um conhecimento acerca da natureza e tendem ter uma relação mais equilibrada com a ela, por serem as mulheres em determinados contextos que estão em constante interação com a natureza, dada essas funções reprodutivas que lhes foram socialmente atribuídas ao longo do tempo.

Além disso, Siliprandi (2009) observa lucidamente que as condições de maior vulnerabilidade socioeconômica que recai mais sobre as mulheres, dada as condições de desigualdades econômicas e sociais que prevalecem sobre as mesmas e por serem as primeiras

<sup>10</sup> O ecofeminismo como observa Siliprandi, é “[...] uma escola de pensamento que tem orientado movimentos ambientalistas e feministas, desde a década de 70, em várias partes do mundo, procurando fazer uma interconexão entre a dominação da Natureza e a dominação das mulheres” (SILIPRANDI, 2000, p. 61). Isto é, é uma corrente de pensamento que procura incorporar a visão das mulheres a cerca da problemática ambiental.

<sup>11</sup> Nesse trabalho, entende-se a aproximação das mulheres camponesas com a natureza, a partir de uma construção social de suas identidades e atribuições na divisão sexual do trabalho, algo explicado pela vertente construtivista, defendida por Bina Agarwal. Para Puleo, (2012), essa teoria não atrai explicações com base na essência das mulheres e homens, mas se desenvolveu com base nas construções culturais dentro das sociedades que gerou identidades diferenciadas. Isto é, “Para Agarwal, o vínculo que certas mulheres sentem com a natureza tem sua origem em suas responsabilidades de gênero na economia familiar. Eles pensam de forma holística e em termos de interação e prioridade da comunidade para a realidade material em que estão. Não são as características afetivas ou cognitivas do seu sexo, mas sua interação com o meio ambiente (cuidado do jardim, coleta de lenha) que favorece sua consciência ecológica. Agarwal observa que a interação com o meio ambiente e a correspondente sensibilidade ambiental ou a falta de sensibilidade gerada por ela dependem da divisão sexual do trabalho e da distribuição de poder e propriedade de acordo com as divisões de classe, gênero, raça e castas”. (PULEO, 2012, p.5, tradução nossa).

a sentir os efeitos de um processo de degradação ambiental (falta d'água ou alimentação), faz com que elas busquem formas mais sustentáveis de produzir e manter a subsistência de suas famílias. Como Pacheco aborda sobre o ponto de vista da agricultura de base agroecológica praticada no âmbito familiar, as mulheres:

Desempenham importante papel como administradoras dos fluxos de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação das plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um significativo conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e fitogenéticos, e assegurando por meio de sua atividade produtiva as bases para a segurança alimentar. [...] Esse papel é tão mais importante quando consideramos que a conservação e o uso da biodiversidade constituem-se como ponto-chave para a defesa da agricultura e do agroextrativismo familiar, bem como, simultaneamente, que a biodiversidade é protegida pela diversidade cultural. (2002, p. 20, *apud* SILIPRANDI, 2015, p.103).

Outro caso de manejo ambiental alinhados com atividades econômicas são apresentados por Carmo et al. (2016) no contexto do extrativismo. Carmo et al. (2016) ao estudar sobre as mulheres na Resex de Canavieiras-Bahia-Brasil<sup>12</sup> ressalta o surgimento da rede de mulheres dentro da Resex como protagonismo das mulheres extrativistas e pescadoras num processo produtivo, e por outro lado, destaca que as próprias mulheres da rede reconhecem seu conhecimento tradicional empreendido dentro da Resex como essencial para preservação do meio ambiente. Percebe-se ainda que elas fazem o uso e manejo mais adequado da unidade de conservação por reconhecerem a natureza como fonte de sua sobrevivência, pois é por meio dela que produzem e tiram os alimentos necessários para seu consumo e de suas famílias.

Esse olhar segundo Carmo et al. (2016) assinala a existência de um elo de dependência humana da esfera natural, que tem induzido as mulheres da reserva a terem um olhar mais sustentável sobre seu território e seu lócus de inserção. Ao empreender esse pensamento as mulheres extrativistas da Resex “[...] tornaram-se conscientes da multiplicidade de seus papéis dentro do contexto social e ambiental da unidade de conservação, estendendo-se, até mesmo, ao âmbito econômico e político – antes impossibilitados de se adentrar” (CARMO, 2016, p.172).

As mulheres têm sido vistas também como importantes sujeitas na educação ambiental, Castro e Abromoway calculam:

---

<sup>12</sup> “A Resex de Canavieiras é uma Unidade de Conservação Federal, gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, localizada no sul da Bahia, que abrange os municípios de Canavieiras, Belmonte e Una, sendo que, dos 100 mil hectares da área, 83% correspondem à parte oceânica, 12% são restingas e manguezais e o restante (menos de 5%) constitui áreas de terra firme. Essa Resex tem como objetivos proteger os meios de vida e a cultura da população extrativista residente na área de sua abrangência e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (CARMO, 2016, p.167)

“[...] existirem milhares de experiências locais bem-sucedidas de mulheres que teriam voltado a cultivar plantas e ervas alimentícias e medicinais, resgatando o saber popular acumulado, retomando práticas ancestrais de curas por meio de tecnologias apropriadas e inofensivas ao ser humano. Na linha de educação ambiental via saber popular, por meio de práticas alternativas, destaca-se o caso das mulheres extrativistas, quebradeiras de coco de babaçu. Estas últimas congregam cerca de 300 mil trabalhadoras rurais, que tentam mostrar ao país que a preservação da floresta também é viável economicamente. Das palmeiras que formam um cinturão de 11,5 milhões de hectares, compreendendo partes dos estados do Pará, Maranhão, Piauí, Tocantins, Mato Grosso e Goiás, as quebradeiras extraem óleo, leite e sabão; utilizam a casca nos fogões à lenha e confeccionam artigos artesanais com sua palha. Essas mulheres também têm marcado presença na concepção e realização de atividades educacionais para as populações no que diz respeito ao meio ambiente. (2005, p.82-83).

Com vista na participação feminina para o desenvolvimento sustentável, de acordo com publicação dos resultados do Projeto “Cuba, Mujeres y Hombres y Desarrollo Sostenible”, financiado pelo PNUD:

[...] constatou-se que as mulheres demonstraram serem excelentes administradoras dos recursos naturais, porém poucas participam ativamente dos processos de decisão em torno dos assuntos ambientais em âmbito local e regional; que a presença das mulheres na educação ambiental é muito importante, pois são elas que proferem a maior parte das conferências e cursos em torno das temáticas socioambientais; que tanto as mulheres como os homens são fontes de informação sobre práticas de exploração sustentável dos recursos, porém as informações, da mesma forma que suas atividades, são diferentes (*apud* LISBOA; LUSA, 2010, p.875).

Desse entendimento, pressupõe que as mulheres como descrito nos contextos determinados acima, estão alinhadas com propostas de convivência com a natureza e produção mais equilibradas com os princípios de sustentabilidade ambiental, algo necessário para se pensar em um genuíno desenvolvimento sustentável. Bem como, os casos apresentados demonstram que as mulheres não são vistas somente como afetadas pela degradação ambiental e perda da biodiversidade, e sim que elas estão cada vez mais sendo notadas como protagonistas na defesa da natureza e conservação da diversidade biológica de seus territórios.

Isso implica dizer que é fundamental incluir as mulheres nas propostas de conservação ambiental, não só por elas deterem conhecimentos e ações capazes de tornar isso possível, mais também como uma afirmação dessas mulheres como protagonistas na conservação ambiental. Isso irá contribuir para incluir mais as mulheres nos processos decisórios em torno dos assuntos ambientais em seus territórios no âmbito local e até mesmo em âmbito regional, contribuindo com desenvolvimento do seu papel como sujeitos sociais.

#### 4. INSERÇÃO PRODUTIVA E AUTONOMIA ECONÔMICA FEMININA NO MEIO RURAL

Estudos que abordam sobre os aspectos de gênero no campo têm sido precursores em desvelar o lugar invisível da mulher no modo de vivência e produção no meio rural. Assim como, as assimetrias econômicas nas relações entre homens e mulheres com relação à posse dos recursos produtivos e financeiros da família, a participação na gestão dos mesmos e conseqüentemente, na apropriação dos seus resultados<sup>13</sup>. Butto esclarece algumas dessas disparidades:

A economia rural sempre esteve marcada pela divisão sexual do trabalho. Os homens estão associados a atividades econômicas que geram emprego, ocupação e renda, enquanto as mulheres concentram-se em atividades voltadas para o autoconsumo familiar, com baixo grau de obtenção de renda e assalariamento. Desta forma, ocupam-se da criação de aves e pequenos animais, da horticultura, floricultura, silvicultura e da lavoura. Essa realidade nos permite entender porque as mulheres rurais representam 64% do total das mulheres trabalhadoras brasileiras que não auferem remuneração (2011, p.12).

Analisando o espaço reprodutivo e produtivo, Silva e Valente (2013), verificaram do mesmo modo que, no âmbito da unidade agrícola familiar, o espaço da produção é mais vinculado ao sexo masculino. Silva e Valente (2013, p.389), lembram ainda que participação nesse espaço:

[...] só é compartilhado entre homens e mulheres quando se trata de trabalho. Quando o assunto é decisão, ou seja, sobre a elaboração do projeto produtivo e as estratégias a serem adotadas, o espaço é exclusivamente masculino. [...] as decisões que realmente impactam a vida da família são tomadas pelos homens que, vez ou outra, consultam suas esposas (SILVA; VALENTE, 2013, p.393).

Isto é, no âmbito familiar a figura masculina (pai ou marido) é atrelada ao trabalho remunerado e detém o poder de decisão sobre os recursos produtivos (terra, área agrícola, insumos, capital). Esse cenário marca as relações patriarcais muito comuns no meio rural e a difícil situação profissional das mulheres no sistema produtivo. No caso da renda, resultante do trabalho produtivo atrelado aos homens, essa também é gerenciada por eles, isso tem ocasionado ao longo da história uma situação de dependência financeira das mulheres em relação aos homens, à medida que as mulheres não obtêm diretamente os resultados do seu trabalho (renda própria).

---

<sup>13</sup> Quanto a isso, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) observa que: “Nada se pode obstar à afirmação que é feita de que as mulheres não têm o mesmo acesso que homens à terra, aos financiamentos, insumos, serviços produtivos e instância decisórias. Quando esse acesso é igualitário, “[...] as agricultoras são tão eficientes quanto seus homólogos masculinos” (FAO, 2011, p. 4 *apud* PAULO, 2016, p.328).

Contudo, como é visível na bibliografia sobre gênero e estudos feministas, há um movimento de recusa por parte das mulheres trabalhadoras rurais dessa realidade. Assim, por meio de ações coletivas, as mulheres participaram e ainda participam de um processo protagonista na reivindicação de melhores condições de vida, principalmente por tomar consciência de suas próprias necessidades. Esses movimentos ocorrem por meio da organização social das mulheres em prol de reivindicações de melhores condições de vida e reconhecimento institucional do Estado e através de organização produtiva, com objetivo de realizar atividades econômicas no meio rural de forma coletiva.

No primeiro caso, os anos de 1970 e 1980, por exemplo, é um marco histórico na literatura sobre o momento de organização das mulheres no Brasil, em especial das trabalhadoras rurais.

A razão principal pela qual uma atenção formal aos direitos das mulheres no Brasil resultou em mudanças concretas está claramente associada à presença de um forte movimento de mulheres. Uma ampla variedade de organizações de mulheres de base surgiu nos anos 1970 e 1980 neste país como parte de maior, mais diverso e, provavelmente, mais bem-sucedido movimento de mulheres de toda a América Latina (STEPHEN, p.33-34 *apud* PAULILO, 2016, p.261).

Como pauta de reivindicações que penduraram até o início do século XXI, Emma Siliprandi (2013), pontua que as mulheres em suas primeiras manifestações buscavam o reconhecimento da profissão de agricultoras e a titulação conjunta das terras, para assim ter acesso aos direitos sociais, previdenciários e sindicais decorrentes desse reconhecimento, e de fato, elas se tornaram garantias constitucionais.

A partir dos anos 2000, quando as mulheres apareceram publicamente como produtoras rurais propriamente ditas, passaram para novas pautas, reivindicando acesso a políticas produtivas, tratamento diferenciado e sobre tudo avançaram nas discussões de mudança da estrutura dominante (SILIPRANDI, 2013). “[...] nas atividades produtivas, com reivindicações específicas e mais detalhadas nos temas do crédito, das políticas de comercialização e assistência técnica especializada [...]” (BUTTO, 2011, p.15).

Segundo Siliprandi (2013), uma das políticas mais conhecidas e exclusivamente destinadas às mulheres que vêm sendo desenvolvidas, e tem contribuído com a realização de diversas atividades econômicas das mulheres no meio rural e a geração de melhores rendas é o PRONAF-Mulher, uma modalidade de crédito no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Outras políticas implantadas e que vêm tendo algum impacto são:

[...] a mudança de critérios para que as mulheres solteiras possam ser beneficiadas com a posse da terra; as mudanças na assistência técnica aos assentamentos, com enfoque de gênero; as políticas de assistência técnica produtiva e de comercialização específicas para grupos de mulheres; a criação do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural; o Programa de Apoio à Organização Produtiva de Mulheres Rurais; as políticas de apoio à sua organização para participação em processos de negociação sobre os territórios rurais e as políticas específicas de etno-desenvolvimento para mulheres quilombolas e indígenas (SILIPRANDI, 2013, p.6).

Isto é, essas políticas propõe o reconhecimento da profissão das agricultoras, estruturação dos direitos de propriedade das mulheres sobre recursos produtivos (como a terra), apoio para a produção e geração de renda, assistência técnica, subsídios à produção e comercialização. Entende-se aqui que esses fatores, mais especificamente os relacionados à inclusão produtiva e geração de renda como sendo motores preponderantes para rompimento desse ciclo de dependência financeira das mulheres em relação aos homens, e consequentemente os ganhos de autonomia econômica feminina<sup>14</sup>.

Outros movimentos coletivos das mulheres, que tem impulsionado a inserção produtiva das mesmas em diversas atividades desenvolvidas no meio rural, e assim tem contribuído para novas fontes de renda e ganhos de autonomia são visualizados nos movimentos de auto-organização produtiva, onde há uma crescente organização das mesmas por meio do trabalho associado. Emma Siliprandi (2013) relata o apoio das organizações não governamentais, que têm contribuído para esse processo organizativo e com foco no desenvolvimento rural passaram a utilizar também o enfoque de gênero. As organizações feministas também vêm trabalhando com mulheres rurais, incentivando a autonomia econômica e reforçando o papel de lideranças das mulheres camponesas.

Tem sido visto dessa forma, vários grupos produtivos organizados por mulheres ou grupos mistos (mulheres e homens), onde o modo de organização da produção e organização

---

<sup>14</sup> Quanto ao conceito da palavra, Kulbok, (2004 *apud* CASTRO, O. , 2011, p. 1), define a autonomia como a “[...] capacidade de uma pessoa ser capaz de se autogovernar, de se orientar e tornar-se independente”, isto é “[...] a habilidade para dirigir a própria vida, para definir metas, comunicar e interagir, sentimentos de competência e habilidade para comunicar, interagir, regular as próprias ações, decisões e atitudes” (NOOM, 1999, *apud* CASTRO, O., 2011, p. 1). Com base nisso, mais especificamente quanto à autonomia econômica das mulheres, entende-se nesse trabalho a autonomia como independência financeira (resultante da capacidade das mulheres auferirem renda), e a capacidade das mulheres tomarem decisões e fazer escolhas sobre aspectos que podem influenciar suas vidas (a partir do poder sobre recursos econômicos próprios, fortalecimento pessoal e social das mesmas). Nesse sentido, a autonomia aqui é vista não somente como independência financeira, pois tomando como referência Amartya Sen (2000, p.223), fatores como: “[...] potencial para auferir rendimentos, papel econômico fora da família, alfabetização e instrução, direitos de propriedade etc.”, contribuem positivamente para “[...] fortalecer a voz ativa e a condição de agentes das mulheres-por meio da independência e do ganho de poder” (SEN, 2000, p.223).

social ocorre num formato associativo<sup>15</sup>. Estes se apresentam como empreendimentos rurais criados a partir das particularidades locais (recursos ambientais disponíveis, capital social e cultural da população local) e se revelam como atividades alternativas no meio rural; geração de diversas rendas; sobretudo, experiência de inserção produtiva e ganhos de autonomia feminina. Além dos papéis protagonistas desempenhados por esses coletivos de mulheres.

Esses grupos são notados nos trabalhos de (VASCONCELOS, 2015; BRANDÃO, 2016), ambos relatam as experiências de mulheres agricultoras familiares que encontraram como caminho para conquista de sua autonomia e emancipação social e política na construção da agroecologia e do trabalho associado, como as agricultoras agroecológicas da Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’ no sertão sergipano, citada por Brandão; os trabalhos de (CASTRO, 2014; DANTAS, 2005) retratam a rede de Mulheres Produtoras do Recife/PE, as iniciativas de comercialização e crédito solidário no âmbito da rede Xique-Xique/RN; Oliveira (2011) aborda as experiências de coletivos de mulheres organizados nos assentamentos da reforma agrária na região sudeste; e (CASTRO; ABROMOWAY, 2005; BARBOSA, 2005; FRANÇA et al., 2015) versam sobre o trabalho associado, defesa do território (acesso e preservação da natureza), processo emancipatório e de autonomia alcançados pelas mulheres extrativistas do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco do Babaçu (MIQCB).

Além dos vários elementos que contribui para os ganhos de autonomia das mulheres nas várias situações abordadas, a renda é vista como sendo um dos principais elementos desse processo, pois no geral, a necessidade de auferir renda foi na maioria dos casos o impulso inicial<sup>16</sup>. Assim “A renda é a porta de entrada para as mulheres buscarem sua autonomia” (BUTTO et al, 2014, p.111), pois, devido o contexto do trabalho associado e os demais

---

<sup>15</sup> A organização associativa aparece a partir das práticas associativistas. Para Frantz (2002, *apud* LEONELLO, 2010, p.19) o “[...] associativismo, com o sentido de co-operação, é um fenômeno que pode ser detectado nos mais diferentes lugares sociais: no trabalho, na família, na escola etc. No entanto, predominantemente, a co-operação é entendida com sentido econômico e envolve a produção e a distribuição dos bens necessários à vida.” O associativismo e cooperativismo são comumente encontrados nas associações e cooperativas, que são empreendimentos econômicos solidários geridos pelos próprios membros (auto-gestionários). Para Leonello (2010, p.19) “[...] a participação em associações e organizações civis, como o associativismo, é salutar para gerar solidariedade social, diminuir os custos políticos e econômicos da vida em sociedade” e trás vários benefícios econômicos e sociais: “[...] práticas de produção, comercialização, finanças e consumo que privilegiam a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia e o acesso igualitário à informação e ao conhecimento.” (LEONELLO, 2010, p.19).

<sup>16</sup> Depoimentos das mulheres permitem afirmar que a associação surge como uma expressão de recusa face à discriminação, aliada ao quadro de precariedade vivido por suas famílias. A lógica que norteou sua formação, portanto, está ligada a uma ação de resistência, mas principalmente à necessidade de geração de renda. (SILVA, 2013, p.394).

ganhos de poder dentro do âmbito familiar e fora dele, pressupõe mudanças maiores. Conforme aponta Maria Ignez Paulilo (2016, p. 184):

[...] em uma sociedade em que quase tudo se compra, o acesso da mulher a alguma forma de renda própria deveria torná-la mais independente do marido e mais participante nas decisões que envolvem tanto o grupo doméstico como a sociedade mais ampla. [...] o acesso à renda incide não apenas em maior inserção na economia, permitindo a aquisição de bens de consumo e melhoria no bem-estar, mas, sobretudo, pode implicar em autonomia e transformações nas relações de poder dentro e fora do âmbito familiar (RAMOS, 2016, p.59).

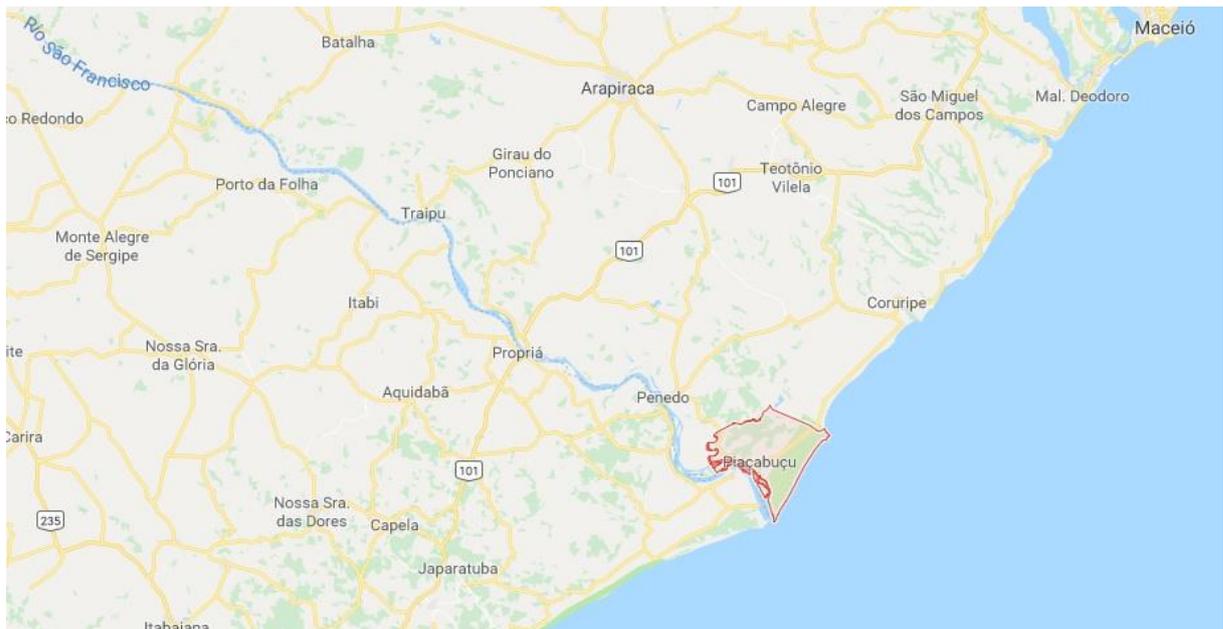
A autonomia econômica dessas mulheres poderia significar, portanto, como afirma Shefler, (2013), algo mais além da independência financeira, pois além da melhoria da qualidade de vida das mulheres, há a possibilidade de ampliar o seu poder de decisão sobre o uso dos recursos em seu controle e transformar pouco a pouco as estruturas de dominação. Isso sugere que, a inserção das mulheres no sistema produtivo por meio do trabalho associado, desenvolvimento de empreendimentos rurais, geração de renda e independência financeira contribui para os ganhos de autonomia das mulheres e são elementos essenciais para um processo emancipatório. Isto implica para as mulheres ter um maior poder de decisão das questões que tendem afetar suas vidas e que envolvem o contexto no qual estão inseridas, como suas famílias e suas comunidades.

## 5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 5.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A ASSOCIAÇÃO AROEIRA

A “Associação Aroeira” é um empreendimento de autogestão compreendido como um dos empreendimentos econômicos solidários,<sup>17</sup> criado em 2011, no município de Piaçabuçu na região baixa do Rio São Francisco no sul do estado de Alagoas com divisa com Sergipe (**Figura 02**). Foi a partir desse empreendimento que a comunidade extrativista da pimenta rosa se organizou, acreditando nela (na associação) e no trabalho associado, uma superação da condição de vulnerabilidade econômica e social das quais se encontravam. Dado que o município de Piaçabuçu possui um ambiente socioeconômico frágil e vulnerável a condição de pobreza.

**Figura 02:** Município de Piaçabuçu, Alagoas.



Fonte: Google maps. Disponível em: < <https://www.google.com.br/maps/place/Piaçabuçu>>. Acesso em 10 Jan. 2018.

Essas condições são evidentes nos dados do Perfil Municipal do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IPEA, 2013), pois o município com base no último censo (2010) possui um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,572, considerado IDHM baixo, haja vista que se encontra numa faixa (entre 0,5 e 0,599)

<sup>17</sup> De acordo Zanchet (2008, p.1), “A economia solidária compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais cujo processo produtivo é organizado pelos trabalhadores que são gestores da produção e das relações de trabalho e participam do processo decisório. A produção é caracterizada pela solidariedade e pela cooperação, e pode se constituir em formas de cooperativismo e associativismo”.

classificada pelo IPEA como baixa. Além disso, em 2010 de sua população total (17.203,00 habitantes), 49,21% viviam em condição de pobreza, com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$140,00 (valor referência em 2010). No caso daquelas consideradas extremamente pobres o índice era de 23,35%, isto é, cerca de 4 mil pessoas sobreviviam com renda per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 (em reais de agosto de 2010).

Essa realidade também é observada nas falas das extrativistas durante as visitas de campo na associação, bem como descritas nas entrevistas realizadas, onde se pode observar que a comunidade extrativista poderia se encaixar nesse grupo de população em condição de pobreza. As mulheres extrativistas pesquisadas viviam condições sociais e econômicas favoráveis a esse processo, tendo apenas como fonte de renda as atividades da pesca, transferências de renda (bolsa família)<sup>18</sup> e do extrativismo da pimenta rosa, que até meados de 2011 era apenas de forma esporádica, com um pequeno incremento de renda durante as safras.

Com base nisso, a “Associação Aroeira” apareceu como uma possibilidade de trabalho e renda a fim de satisfazer as necessidades básicas da comunidade extrativista, principalmente para as mulheres extrativistas da região, que são maioria no grupo (na associação cerca de 90% são mulheres). Isto é explicado pelas extrativistas, com base no fato dos extrativistas homens se concentrarem mais na pesca, enquanto as mulheres praticavam a coleta da pimenta rosa como mais uma das várias atividades desenvolvidas pela família para sua subsistência. Além disso, “[...] pode-se verificar que esta participação maior de mulheres no extrativismo se deve ao fato das mesmas tentarem reverter sua situação social através da diversificação de atividades para a geração de renda” (OLIVEIRA, p.102).

Cabe ressaltar que a “Associação Aroeira” é fruto de um projeto socioproductivo pensado e desenvolvido por uma organização não governamental (ONG) com sede em Maceió- AL, denominada Instituto Ecoengenho e sua concretização foi possível por meio do financiamento do Programa Petrobras Desenvolvimento e Cidadania aprovado em 2010. De acordo com a entidade, o projeto detinha como objetivo organizar a cadeia produtiva da pimenta rosa com base num modelo de gestão sustentável e com produção de produtos de alto valor agregado, direcionada a nichos especiais de mercado (INSTITUTO ECOENGENHO, 2011).

O Instituto Ecoengenho, é uma entidade que já possuía significativa notoriedade nacionalmente e internacionalmente, pelo sucesso do projeto de cultivo e beneficiamento de

---

<sup>18</sup> De acordo com o Ministério do Desenvolvimento social e Combate a fome (MDS, apud PERFIL MUNICIPAL, 2015), em 2014, 3.403 famílias do município eram assistidas pelo Governo Federal.

pimentas (H2Sol) - Água Solar desenvolvido na comunidade de Baixas em São José da Tapera, também no estado de Alagoas. “[...] tal projeto deu tão certo que sua tecnologia foi exportada para Moçambique, África” (SILVA, et al, 2017, p.37). Essa organização teve um papel essencial para organização da comunidade extrativista da região de Piaçabuçu e tem atuado fortemente com propostas sustentáveis para comunidades rurais no Estado de Alagoas, como esta aqui estudada, que utiliza a biodiversidade ainda presente em suas matas locais como base para suas atividades.

No “Projeto Aroeira” foram cadastrados inicialmente cerca de 500 extrativistas para verificar o potencial do público alvo, onde também foi feito vários encontros e capacitações focados no associativismo, na coleta sustentável e no processamento artesanal da pimenta (INSTITUTO ECOENGENHO, 2011). Atualmente a associação é composta por cerca de 93 extrativistas/associados, que estão ativos, onde calcula-se que 90% são mulheres.

É necessário por fim, frisar que, a associação é uma organização mista, construída por homens e mulheres que praticam a atividade extrativista na região, contudo, como já ressaltado, as mulheres representam o maior número dentro do grupo.

## 5.2 PROCESSO SOCIOPRODUTIVO ADOTADO PELAS MULHERES EXTRATIVISTAS DA “ASSOCIAÇÃO AROEIRA”

O sistema produtivo desenvolvido pelas mulheres extrativistas da “Associação Aroeira” é entendido como um processo socioprodutivo, ao considerar os aspectos sociais do grupo, como: seus conhecimentos e sua cultura extrativista; o trabalho associado; as ações realizadas no coletivo e a socialização das extrativistas por meio do grupo, algo que vai além das questões econômicos do sistema produtivo. Os resultados aqui estruturados foram obtidos a partir das observações de campo durante as visitas na associação e nas áreas extrativistas e por meio das entrevistas realizadas.

A principal atividade econômica desenvolvida pelas mulheres da Associação Aroeira é fruto do extrativismo realizado nas matas locais remanescentes do bioma Mata Atlântica e as margens do Rio São Francisco na região do Baixo São Francisco, compreendido como os municípios de Piaçabuçu e Penedo em Alagoas e Santana do São Francisco e Neópolis no Estado de Sergipe (INSTITUTO ECOENGENHO, 2011). O produto extrativista é a pimenta-rosa, fruto de árvore nativa da Mata Atlântica conhecida popularmente como Aroeira-vermelha ou Aroeira-Rosa (**Figura 3**).

**Figura 03:** Árvore e fruto da aroeira-vermelha (*Schinus terebinthifolius*)



Fonte: Oliveira (2016).

No Brasil, a produção de pimenta rosa gira em torno de 300 toneladas, das quais 70% são destinadas a exportação. Os principais produtores do país encontram-se no Espírito Santo, Rio de Janeiro, Sul da Bahia e na Região do Baixo São Francisco. [...] No baixa do São Francisco estima-se um potencial superior a 20 toneladas por safra (INSTITUTO ECOENGENHO, 2011, p.28)

Em alguns desses estados, grande parte da pimenta provém do plantio da Aroeira, já no caso da Região do Baixo São Francisco a pimenta rosa provém exclusivamente das atividades extrativistas de coleta (INSTITUTO ECOENGENHO, 2011). Essas atividades já viam sendo realizadas pela comunidade extrativista da região, contudo, como já citado, era somente uma atividade realizada no âmbito da subsistência como um pequeno incremento de renda familiar. Isso ocorria principalmente pelo fato que as pimentas coletadas eram repassadas para atravessadores do Espírito Santo ainda in natura e os preços pagos eram bastante irrisórios e bem abaixo do mercado (cerca de R\$ 1,50 por quilo).

Com base nos relatos das extrativistas durante as visitas à associação, o extrativismo era realizado de forma desorganizada e também possuía práticas de coleta desequilibradas ecologicamente, isto é, a coleta dos frutos da aroeira era realizada com técnicas predatórias, como o corte excessivo das folhas e galhos das árvores. Esse método é considerado como prejudicial às árvores, pois poderia em certas circunstâncias danificá-las e gerar perdas ecológicas importantes, dado que, conforme o Instituto, a árvore é útil na recuperação de solos degradados, para sombreamento de pastagens; servem como cercas vivas e seu fruto popularmente conhecido como fruto do sabiá contribui para recuperação da avifauna local, por ser alimento dos pássaros (INSTITUTO ECOENGENHO, 2011, p. 6).

Com objetivo de desenvolver um modelo de gestão sustentável para a coleta da pimenta rosa o instituto Ecoengenhos ainda na fase de execução do “Projeto Aroeira” priorizou

a capacitação técnica da comunidade extrativista para desenvolver novas técnicas de coletas. Com base nisso, todas as mulheres extrativistas e os demais extrativistas da Associação Aroeira passaram utilizar as técnicas construídas, realizando assim, o uso e o manejo sustentável das áreas extrativistas.

A metodologia utilizada pelo Instituto Ecoengenhlo citada por técnico do instituto e a presidente da associação durante entrevista, baseia-se numa coleta a partir do padrão de qualidade estabelecido, como: coleta diretamente da copa das árvores; com equipamentos de poda de árvores adequados e coleta em áreas corretas, onde se observa o ponto ideal quando os pássaros estão se alimentando dos frutos<sup>19</sup>. Além disso, o plano de manejo construído para a coleta da pimenta rosa preserva a qualidade dos frutos, a manutenção da produtividade das árvores e conservação da biodiversidade da fauna local:

Dentro da perspectiva sustentável, foi definido também, que cerca de 20% dos frutos de cada árvore não sejam coletados, a fim de preservar a espécie e garantir a alimentação da fauna local. Além disso, o uso de equipamentos adequados de corte e o transporte correto são essenciais, para não danificar as árvores e aumentar a produtividade para as próximas safras (INSTITUTO ECOENGENHO, 2011, p.11).

A pimenta rosa é beneficiada na “Unidade de Beneficiamento Artesanal” da pimenta rosa, construída na sede da associação. A unidade é estrutura simples com cerca de 300 m<sup>2</sup>, onde se faz todo processo de beneficiamento da pimenta, onde: após a chegada dos frutos recém-coletados, há a separação das folhas e galhos; lavagem das sementes; pré-secagem com ar frio; desidratação nas estufas termossolares; seleção, onde é feito uma triagem considerando coloração e integridade das pimentas; análise de umidade dos frutos, a partir de uma amostra; envase em embalagens de 30g e empacotamento em lotes de 40 unidades.

Foi observado que todo o processo produtivo é realizado com base no uso de energia termossolar e fotovoltaica. Dado que, a unidade é equipada com duas estufas de desidratação termosolar (**Figura 04**) e uma estufa a gás liquefeito de petróleo (GLP), utilizada como reserva para dias com pouca insolação. Há também uma estufa externa utilizada para pré-secagem (**Figura 05**), quando há uma grande quantidade da pimenta na época de safra. Os painéis termosolares geram calor para as estufas de desidratação da pimenta e as placas

---

<sup>19</sup> As novas técnicas de coleta foram criadas com base nos conhecimentos técnicos dos profissionais do Instituto Ecoengenhlo e também com base nos conhecimentos tradicionais da comunidade extrativista, como por exemplo, definir o ponto ideal para a coleta dos frutos com base nas observações das aves que se alimentam dos mesmos. Quanto a isso, (DIEGUES, 2002), observa que esse tipo de conhecimento foi criado historicamente por meio do contato das populações tradicionais com o meio ambiente (como os caiçaras, caipiras/caboça, açoriana, sertanejos e pescadores artesanais-jangadeiros), que praticam o extrativismo ou outras atividades com base nos recursos da natureza, onde esses conhecimentos são oriundos e definidos por esses povos por meio de seus próprios costumes e culturas e são tão importantes quanto os conhecimentos técnicos e científicos.

fotovoltaicas instaladas na associação geram energia elétrica, que alimenta o funcionamento das bombas d'água e ventiladores.

**Figura 04:** Estufas de desidratação termossolar.



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

**Figura 05:** Estufas externas de pré-secagem e pimenta em processo de desidratação.



Fonte: Associação Aroeira (2016; 2017).

Os equipamentos da unidade de beneficiamento têm capacidade para beneficiar aproximadamente uma tonelada de pimenta por mês. O uso dessas energias renováveis indica a escolha por um sistema produtivo mais sustentável, e tal forma vem contribuindo para eficiência energética da “Associação Aroeira” e sua “Unidade de Beneficiamento”, assim como, é essencial para a redução do custo com energia elétrica na conta mensal da associação.

É perceptível nas falas ouvidas durante entrevista que o plano de manejo extrativista e o sistema socioprodutivo desenvolvido foram criados pelo Instituto Ecoengenharia em parceria com a comunidade extrativista. Igualmente, Oliveira (2016), em seu trabalho resultante de pesquisa também realizada com a “Associação Aroeira” aborda o sistema socioprodutivo construído na mesma como uma tecnologia social (como a forma de coleta, manejo

extrativista e o beneficiamento da pimenta)<sup>20</sup>, realizada de forma participativa com a comunidade local.

Analisar o trabalho desenvolvido pelas mulheres extrativistas por esse ângulo se torna importante, na medida em que, segundo Rede de Tecnologia Social (RTS, 2010, *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 67), a tecnologia social proporciona “[...] a inclusão social e melhoria da qualidade de vida dos membros da rede social pertencente ao sistema que a desenvolve ou a reaplica, e praticada na interação com a população e apropriada por ela”. Bem como, o desenvolvimento ou reaplicação dela (tecnologia social) “[...] gera um processo de inovação local fundamentado no conhecimento criado coletivamente pelos atores interessados no desenvolvimento, através do fortalecimento das interações sociais daquele grupo específico” (OLIVEIRA, 2016, p.67).

Esse processo inovador na Associação Aroeira é fato visível, pois, com propostas de gerar renda o ano todo, nos períodos entre safra (safras duram cerca de quatro meses) estão sendo criadas na associação outras atividades geradoras de renda. Algumas delas são resultantes do aproveitamento dos refugos da pimenta rosa durante processo de beneficiamento. Isto é, a pimenta rosa que não atende os padrões de qualidade estabelecidos durante a seleção passa por um processo de retirada da casca, são torradas e moídas, gerando um condimento utilizado na culinária.

A casca é comercializada com o nome especial de “Brilho da Aroeira”, outro subproduto também resultante do processo de beneficiamento da pimenta rosa. Este produto foi criado para um mercado específico da culinária a partir da demanda de um chef de cozinha por “[...] um produto que colorisse e decorasse pratos, sem transmitir o sabor marcante da pimenta rosa” (INSTITUTO ECOENGENHO, 2011, p. 34). Essas atividades realizadas na associação “[...] merecem destaque quando se fala em eficiência e sustentabilidade no sistema produtivo, é o aproveitamento máximo da matéria-prima, que consiste em evitar ao máximo desperdício na produção” (MACIEL; SILVA, 2017, p.11).

Outros produtos criados na associação, também já possuem um mercado específico e que vêm ganhando bastante destaque são as frutas desidratadas: manga, goiaba, jenipapo, banana e maçã, que são frutas de época comuns na região, com exceção da maçã. No caso da manga em particular, resultou no “Carpaccio de Manga”, como foi denominado. Segundo o Instituto Ecoengenhos (2011), esse novo produto possui grande potencial na região, por

---

<sup>20</sup> Para Rede de Tecnologia Social (RTS, 2017) tecnologia social compreende produtos, técnicas ou metodologias, reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que devem representar efetivas soluções de transformação social. Disponível em: <<https://www.ritimo.org/Rede-de-Tecnologia-Social>>. Acesso em 04 dez. 2017.

aparecer em abundância na região da Foz do São Francisco, normalmente, de três a quatro meses depois da safra da pimenta rosa.

Estes produtos (pimenta rosa, condimento da pimenta rosa, brilho da aroeira, o carpaccio de manga e as outras frutas desidratadas) caracterizam-se como produtos diferenciados, todos eles atendem padrões de demanda da alta gastronomia e possuem valores agregados altos. Com relação à pimenta rosa, por exemplo, é um fruto de alto valor agregado, por ser uma especiaria bastante apreciada na culinária nacional e principalmente no cenário internacional<sup>21</sup>. Além disso, é um produto diferenciado e com um alto nível de qualidade garantido pela forma de secagem adotada. De acordo com a chef de cozinha Teresa Corção:

[...] Na secagem ao sol, mesmo virando os grãos, um lado pode não ficar tão seco quanto o outro 'utilizado pela associação'. No método de secagem com ar quente que vem da luz solar, o calor é distribuído homogeneamente, a casquinha fica seca, e o sabor, com leve picância, confere ao produto uma qualidade de gastronomia superior. (CORÇÃO, 2011 *apud* INSTITUTO ECOENGENHO, 2011, p.25).

O alto valor agregado da pimenta rosa tem sido observado no preço final de comercialização do produto, em entrevista a extrativista/presidente relata, por exemplo, que já chegaram a vender o quilo da pimenta rosa por R\$300,00, antes vendido a R\$1,50. De acordo com o instituto Ecoengenhos (2011), os extrativistas recebem em média R\$ 130,00 (valor líquido)<sup>22</sup>, isso significa um incremento de renda 8.600%. Entretanto, importante frisar que o cálculo foi baseado no valor médio do quilo da pimenta rosa na época, porém atualmente a produção vendida em lotes com 40 unidades de 30g, cada unidade tem um preço de R\$ 8,00, portanto, cada lote (com 1,2 kg) é vendido por R\$ 320,00, valor que supera o valor médio calculado pelo instituto.

Embora haja os desafios de conquista de mercado, por ser um produto novo, a marca da pimenta rosa (**Figura 06**) já é bem conhecida na região e assim pouco a pouco estão se consolidando no mercado. O fato da associação estar situada no município de Piaçabuçu (AL), onde há elevado fluxo de turistas, faz com que o seu produto seja conhecido também por pessoas de variados lugares, contribuindo assim com a disseminação da marca.

<sup>21</sup> “[...] os frutos da aroeira são muito apreciados na culinária, especialmente na europeia, para acrescentar sabor e refinamento aos pratos. Seu uso pela culinária francesa elevou o status da especiaria para um nível superior a apreciação” (INSTITUTO ECOENGENHO, 2011, p.28).

<sup>22</sup> 30 % do valor de cada lote de pimenta rosa fica na própria associação para manutenção da mesma e da unidade de beneficiamento, como forma de capital de giro. Logo, esse valor já está descontado o valor referente aos 30%.

**Figura 06:** Produto pronto e marca da pimenta rosa.



Fonte: Instituto Ecoengenho. Disponível em:

<Fonte: Disponível em: < [http://www.projetoaroeira.com.br/conheca-nossosextrativistas/#prettyPhoto\[gallery\]/35/](http://www.projetoaroeira.com.br/conheca-nossosextrativistas/#prettyPhoto[gallery]/35/)>. Acesso em 05 Jan. 2018.

A associação fechou parcerias com 11 estabelecimentos locais (em Piaçabuçu e Penedo), como restaurantes, hotéis, lojas e supermercados. Além disso, a associação comercializa a pimenta rosa nos mercados de Maceió, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Também já realizaram comercialização para o exterior por meio de circuitos solidários internacionais<sup>23</sup>, por exemplo, para França e Itália.

Ocorre ainda que, além da renda gerada com o beneficiamento da pimenta rosa e seus subprodutos, as associadas estão auferindo rendimentos financeiros realizando a confecção de bolos de macaxeira e doces de leite. Importante ressaltar a existência do fomento dessas atividades pelo Estado, a partir dos mercados institucionais, pois esses produtos são comercializados via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)<sup>24</sup>.

<sup>23</sup>Os circuitos solidários internacionais também conhecidos como comércio justo, é caracterizado como um “[...] fluxo comercial diferenciado, baseado no cumprimento de critérios de justiça, solidariedade e transparência, que resulta no fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários no território nacional” (BRASIL, 2008 *apud* SANTOS, p.64).

<sup>24</sup> PAA e o PNAE são políticas públicas que tem incentivado a agricultura familiar. De acordo com Brandão (2016), o PAA, por exemplo, foi criado em 2003 e desde então vem sendo observada uma grande participação das mulheres. “Seus objetivos são incentivar a produção de alimentos na agricultura familiar, permitindo a comercialização para o mercado institucional, contribuir para o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e

No âmbito familiar, algumas das extrativistas pertencentes à “Associação Aroeira” estão desenvolvendo também outras atividades em suas propriedades, que conquistaram a partir dos rendimentos financeiros adquiridos com a pimenta rosa. Estas atividades correspondem ao cultivo de verduras, as primeiras experiências de cultivo de fruticultura (maracujá e coco), apicultura e também criação de algumas cabeças de gado para leite e corte.

Observa-se ainda que, além das atividades produtivas, na associação há também as atividades de gerência do empreendimento, pois a associação é autogestionária e como indica o Instituto Ecoengenho (2011), sua estrutura gerencial se baseia em um modelo participativo e horizontalizado. Os extrativistas associados, inclusive as mulheres participam dos procedimentos administrativos internos e externos da associação, como o gerenciamento do pessoal, as reuniões e encontros dos associados para tomar decisões sobre a associação; busca de clientes e contatos com compradores; negociações mercadológicas, representação da associação e etc.

As exigências funcionais e técnicas desses trabalhos levaram as mulheres demandarem por formação e instrução, uma vez que, na época que iniciaram suas atividades a maioria delas e os demais extrativistas eram analfabetos e assim algumas voltaram a estudar, realizaram cursos técnicos de capacitação sobre gerenciamento do empreendimento, participaram de palestras e eventos para discutir os princípios do associativismo e do trabalho associado.

Com base no exposto, no âmbito da economia solidária, as mulheres extrativistas organizadas pela “Associação Aroeira” adotaram uma lógica produtiva construída a partir dos princípios, de “[...] democracia, cooperação e igualitarismo, e tem o trabalho, e não o lucro, como foco das suas ações [...]” (METELLO, 2007, p. 1), como é comum nos empreendimentos solidários dos quais fazem parte as cooperativas, associações, grupos informais (sem registro legal) ou empresas autogestionárias (METELLO, 2007).

Durante entrevista, o técnico do instituto e coordenador do “Projeto Aroeira” caracteriza esse sistema socioprodutivo como sendo um empreendimento que conserva as características para um genuíno empreendimento sustentável, uma vez que, para ele o empreendimento é economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado.

### 5.3 INSERÇÃO PRODUTIVA E GERAÇÃO DE AUTONOMIA ECONÔMICA PARA AS MULHERES RURAIS DA ASSOCIAÇÃO AROEIRA

Compreende-se a partir dos resultados das entrevistas e observações *in loco*, que a inserção produtiva das mulheres rurais do município de Piaçabuçu que realizam atividade extrativista da pimenta rosa foi possível a partir da auto-organização produtiva realizada no contexto do trabalho associado na “Associação Aroeira”. Uma vez que, antes de organizarem as mulheres viviam somente da renda familiar vinda das atividades da pesca, da agricultura familiar de subsistência e de transferências de renda do Governo Federal.

Ao se organizarem por meio da associação, as mulheres passaram a participar do sistema produtivo e de todo o plano de trabalho realizado na associação. Como descrito no tópico anterior (5.2), as mulheres estão integradas em todo processo produtivo da pimenta rosa, desde a coleta da pimenta; processo de beneficiamento e participam do processo gerencial da associação.

Logo, considera-se a “Associação Aroeira” como o espaço em que se deu a inserção profissional das mulheres no sistema produtivo e uma alternativa para viabilizar as atividades econômicas das mulheres extrativistas e sua participação no mercado. De fato o trabalho associado vem contribuindo para isso, na medida em que, o trabalho quando realizado em grupo se constitui “[...] um mecanismo que acrescenta capacidade produtiva e comercial a todos os associados, colocando-os em melhor situação para viabilizar suas atividades” (MAPA, 2016), e assim de acordo com o Carmo et al. (2016, p.166), “Com valores de associativismo e cooperativismo, as pessoas componentes desse coletivo se fortificam de forma a desempenhar suas atividades econômicas de forma mais unitária, logrando mais sucesso em suas metas e objetivos comuns”.

Foi identificado ainda que o trabalho na associação permitiu a melhoria das condições de vida das mulheres associadas. Oliveira (2016) demonstra em seu estudo também realizado com a “Associação Aroeira”, que as atividades realizadas na associação têm transformado a vida dos extrativistas ligados a ela, por meio da renda gerada com a comercialização de um produto de alto valor agregado - pimenta rosa. Para Oliveira “[...] Isso expandiu as oportunidades de trabalho e, gradualmente, esta reduzindo as desigualdades sociais das pessoas que fazem parte da Associação” (2016, p. 96).

As melhorias nas condições de vida alcançadas pelos extrativistas da associação, em especial as mulheres, podem ser observadas por meio dos relatos durante as entrevistas, onde ficou claro que os extrativistas associados conquistaram uma nova e melhor fonte de renda;

passaram a ter condições de comprar ou melhorar suas casas (antes era de Taipa<sup>25</sup>); conseguiram fazer compras de alguns bens para casa e uso pessoal, como motos e carros. Ou ainda como no caso da extrativista e atual presidente da associação, algumas associadas investiram parte da renda adquirida com a pimenta rosa em pequenas propriedades, como na compra de terras e de alguns animais (para produção agropecuária)<sup>26</sup>.

Essa preocupação das extrativistas em investir sua renda demonstra a percepção delas sobre a necessidade e importância de deter recursos e bens próprios, para garantir uma maior segurança econômica. Os direitos de propriedade significam muito para as mulheres, pois comumente no meio rural são os homens que detém o poder sobre os recursos produtivos, assim como os resultados auferidos com eles, como a renda. Ramos (2016, p.120), por exemplo, considera que “[...] ter algum bem no seu nome de alguma maneira incide sobre a segurança das mulheres caso ocorra algum contratempo,” bem como, detendo poder sobre os bens e recursos econômicos elas têm mais autonomia para decidir como gerir e usar os mesmos de forma independente, proporcionando assim sua autonomia econômica.

Assim como deter bens e propriedades em seu nome, a possibilidade das mulheres auferir rendimentos próprios (renda) parece como um fator imprescindível para sua independência financeira, entendidos nesse trabalho com umas das condições importantes para autonomia econômica das mulheres. Com a participação na “Associação Aroeira” isso se tornou possível, uma vez que, as mulheres associadas detêm a posse da renda conquistada com o beneficiamento da pimenta rosa, onde se calcula um incremento de renda de 8.600% e possui mais segurança financeira durante todo o ano com a renda obtida com os demais produtos comercializados (frutas desidratadas, bolos e doces).

Em depoimento durante entrevista, associada/presidente, que antes trabalhava na roça e recebia transferência de renda, diz ter visto sua vida mudar a partir do envolvimento na associação: “Antes vivia a base do bolsa família, mudou muito a autoestima, agora estamos mais independentes”. A independência relatada pela associada se configura na independência para prover seu próprio sustento e assim sua fonte de renda não está condicionada ao recebimento de assistência social.

---

<sup>25</sup> A taipa é um sistema rudimentar de construção de paredes e muros. Também chamada de pau-a-pique, taipa de sopapo, taipa de sebe, barro armado, é uma técnica em que as paredes são armadas com madeira ou bambu e preenchidas com barro e fibra (PINHAL, 2009). Disponível em: <<http://www.colegiodearquitetos.com.br/dicionario/2009/02/o-que-e-taipa-2/>>. Acesso em 10 Jan. 2018.

<sup>26</sup> A associada presidente conta que só foi possível realizar esses objetivos por estar integrada a “Associação Aroeira”, pois somente com o trabalho formalizado na associação conseguiu comprovar renda para obter financiamento necessário para a compra desses bens.

Entretanto, a obtenção de renda própria contribuiu também para superação da dependência financeira das mulheres em relação aos homens (seus esposos). Como foi dito pela mesma associada, atualmente não precisa mais pedir dinheiro ao esposo, ela quem contribui com a renda familiar e decide como gastar o dinheiro. Quanto isso, Butto et al. (2014), compreende que a conquista da renda serve como elemento que reposiciona as mulheres nas decisões familiares, que tendem a ser balizadas por fatores externos, como a renda.

Isso contribui para a condição de igualdade entre as mulheres e os homens no âmbito familiar bem como para autonomia das mesmas ao ter a capacidade de fazer escolhas de como gerir e gastar seus recursos econômicos. Porquanto para a mulher “Ter uma renda própria lhes afigura importante e está diretamente associada à autonomia e à busca de igualdade de condições [...]” (BRUNO et al., 2013, p.226).

Por outro lado, percebe-se também, que as extrativistas vêm exercendo outras ações além das atividades da associação, que contribuem com a inclusão das mulheres nos espaços públicos e sociais, importantes para seu fortalecimento pessoal e social enquanto mulheres e consequentemente para os ganhos de autonomia. Conforme referido nas entrevistas estas tarefas estão relacionadas à própria gestão da associação, onde precisam representá-la em espaços públicos e políticos; comercialização dos produtos em feiras durante eventos; as viagens para eventos e encontros; e as participações em cursos de capacitação e treinamento. Para Brandão (2016), a participação em espaços produtivos, social, econômico e políticos representa um grande avanço para as mulheres rurais, que antes só ocupavam estes espaços na maioria das vezes de maneira passiva, ou secundária ao papel do homem.

Com base nisso, é visível o fortalecimento pessoal e social das mesmas, enquanto mulheres e sujeitos sociais na comunidade, onde são vistas como referência. Em entrevista a associada/presidente da associação expõe que a partir do envolvimento na associação começou a participar de outras atividades, algumas de caráter voluntário e outras que lhes geram retornos financeiros. Ela conta que trabalha com algumas ONGs, mobilizando e treinando comunidades para projetos sociais e isso tem contribuído para sua autonomia e valorização dentro e fora do âmbito familiar.

Tendo em vista isso, embora a renda seja o fator inicial e preponderante para os ganhos de autonomia econômica das mulheres por meio de sua independência financeira, ele não é o único e, portanto, a formação, melhoramento do nível de instrução, participação das mulheres nos espaços públicos, sociais e políticos tendem fortalecer as mulheres para fazer escolhas e tomar decisões, o que implica numa maior autonomia feminina.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar como as atividades produtivas realizadas pelas mulheres extrativistas organizadas pela “Associação Aroeira” contribuem para inserção produtiva e autonomia feminina das mulheres rurais de Piaçabuçu, Alagoas.

Para se chegar a uma compressão e contextualização acerca dos fatores que influenciam os sujeitos da pesquisa, bem como, o contexto no qual estão inseridos, foi construído um debate com uma abordagem interdisciplinar acerca do extrativismo e biodiversidade; possibilidades para sua conservação; o papel das mulheres rurais nesse processo e sobre a condição subalterna e de pobreza que as mulheres rurais se encontram.

Com a pesquisa constatou-se que as mulheres extrativistas vêm se desenvolvendo junto ao sistema socioprodutivo ao qual fazem parte e que se construiu por meio da estruturação de um manejo adequado dos recursos provenientes da biodiversidade local, resultando assim, na sustentabilidade ecológica de sua atividade extrativista e a continuidade de suas atividades produtivas, que tem melhorado gradativamente suas condições de vida. Isso tem ocorrido inicialmente, pelos ganhos econômicos advindos da produção, comercialização de produtos diferenciados e com alto valor agregado, e posteriormente pelos demais ganhos resultantes da melhoria dos níveis de renda, acesso ao espaço econômico e social.

Verificou-se também, que a organização das mulheres por meio da “Associação Aroeira” lhes fortaleceram enquanto grupo produtivo, o que resultou em diversos benefícios, sobretudo, a inserção profissional das mulheres na esfera produtiva, acesso a políticas públicas, segurança financeira e maior autonomia econômica. Uma vez que, as mulheres extrativistas ingressaram no sistema produtivo com a realização do trabalho associado e o beneficiamento da pimenta rosa; as atividades econômicas realizadas por elas representam diversificadas fontes de renda durante todo o ano, garantindo assim uma maior segurança socioeconômica e hoje elas obtêm rendimentos financeiros próprios, o que lhes garante sua independência financeira e condições para fazer escolhas quanto o uso e aplicação da renda.

Foi observado ainda que, houve um aumento da participação das mulheres no espaço público, onde elas deixaram o lugar restrito do âmbito familiar e hoje participam dos vários espaços de socialização que o sistema socioprodutivo da associação proporcionou. As mulheres passaram também demandarem mais instrução, bem como, participam de cursos e capacitações. Essas ações contribuem para a formação de capital humano e para seu fortalecimento pessoal.

Além disso, a inovação dos produtos de alto valor agregado como a pimenta rosa e a criação dos demais produtos demonstra o crescimento criativo das extrativistas e o potencial empreendedor, que é resultante dos conhecimentos adquiridos com a formação e as experiências adquiridas com atuação na “Associação Aroeira”.

Compreende-se ainda, que a inserção das mulheres no sistema econômico e suas atividades na associação além de gerar sua independência financeira e conseqüentemente sua autonomia econômica, tem colaborado também para um maior reconhecimento e valorização das mulheres, tanto no âmbito familiar como em suas comunidades, onde hoje são referências para as outras mulheres.

Portanto, conclui-se assim, que o desenvolvimento de empreendimentos rurais sustentáveis, como esse aqui estruturado, balizado nas potencialidades locais, nos princípios do associativismo, em sistemas socioprodutivos socialmente justos e ecologicamente sustentáveis e em produtos diferenciados como alto valor agregado é uma importante alternativa para diversificação de atividades para o rural, geração de emprego e renda e que, sobretudo, abre espaço para uma maior inclusão e participação das mulheres, o que é imprescindível para equidade de gênero no campo.

## REFERÊNCIAS

- ALAGOAS. Perfil Municipal. **Secretaria Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio** (SEPLAG), n.3, 2015. Disponível em: <<http://dados.al.gov.br/dataset/perfil-municipal-2015/resource/92b93354-0127-46a0-add6-dd8eee29d380>>. Acesso em 02 jan. 2018.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Piaçabuçu**, AL, 2013. Disponível em: <[http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/pia%C3%A7abu%C3%A7u\\_al](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/pia%C3%A7abu%C3%A7u_al)>. Acesso em 02 jan. 2018.
- BARBOSA, V. O. Sou quebradeira eu sou! Quebrando coco eu vou!: movimento social, gênero e identidades. In: **II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. Florianópolis, SC: UFSC, 2007, p. 681-696.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, Florianópolis, SC, v. 2, n.1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.
- BRANDÃO, T. F. B. **Mulheres Empoderadas**: uma experiência de gestão no sertão nordestino. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural)–Centro de Ciências Agrárias, UFSCAR, Araras-SP, 2016.
- BRANDENBURG, Alfio. Do Rural Tradicional ao Rural Socioambiental. In **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2, jul./dez. 2010, p. 417-428.
- BRASIL. Portal Brasil. **Trabalhadoras rurais e das florestas**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/04/mulheres-rurais-e-das-florestas>>. Acesso em 20 ago. 2017.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA. **Associativismo rural**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo/associativismo-rural>>. Acesso em 20 ago. 2017.
- BRUGGEMANN, O. M. PARPINELLI, M. A. Utilizando as abordagens quantitativa e qualitativa na produção do conhecimento. **Esc. Enfermagem da USP**, São Paulo, v.42,n.3, Sept. 2008.
- BRUNO, R. et al. Razões da participação das mulheres rurais em grupos produtivos. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (org.). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.
- BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. In: BUTTO, A; DANTAS, I. (orgs). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, p.11-36.
- BUTTO, A. et al (orgs). **Mulheres rurais e autonomia**: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

CAPOBIANCO, J. P. R. **Dossiê Mata Atlântica**. Brasília: Rede de Ongs da Mata Atlântica: Instituto Socioambiental, 2001. Disponível em:  
<<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/54.pdf>>. Acesso em 27 de out. 2017.

CARMO, J. C. et al. Voz da natureza e da mulher na Resex de Canavieiras-Bahia-Brasil: sustentabilidade ambiental e de gênero na perspectiva do ecofeminismo. **Estudos Feministas**, v.24, p. 155-180, jan./abr. 2016.

CARVAJAL, L. M. **Extractivismo em América Latina: impacto en la vida de las mujeres y propuestas de defensa del territorio**. FAU - AL Fondo Acción Urgente - América Latina, 2016.

CASTELO BRANCO, B.P. **Indicadores de desenvolvimento sustentável e a conservação da Mata Atlântica do Nordeste do Brasil**. Dissertação de mestrado (Desenvolvimento e Meio Ambiente), Universidade Federal Pernambuco. Recife: 2015.

CASTRO, M. G.; ABROMOWAY, M. **Gênero e meio ambiente**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CASTRO, M. P. **A auto-organização feminista como processo de aprendizagem coletiva: a experiência da Rede Xique-Xique**. Dissertação (Mestrado em Educação)– Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2014.

\_\_\_\_\_. **Mulheres e trabalho associado: as experiências da Rede Xique-Xique/RN e da Rede de Mulheres Produtoras do Recife/PE**. In: 17º Encontro Nacional da Rede Feminista e Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero-REDOR, 17, 2012. João Pessoa, PB: UFPB, 2012. Disponível em:  
<<http://www.ufpb.br/evento/liti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/view/259>>. Acesso em 19 de maio de 2017.

CASTRO, O. **Reflexões em Torno da Autonomia e Autonomização**, 2011. Disponível em:  
<<http://www.snesup.pt/htmls/EFkFEZyyVuKhVISOmg.shtml>>. Acesso em 22 Dez. 2017.

CECHIN, A.; VEIGA, J. E. O fundamento central da economia ecológica. In: May, P. H. **Economia do meio ambiente: Teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

COSTA, F. D. A. Lugar e significado da gestão pombalina economia colonial do Grão-Pará. Belo Horizonte: **Nova Economia**, 20. ed. jan./abr. 2010, p.167-206.

DANTAS, I. A construção da economia feminista na Rede Xique-Xique de comercialização solidária. **Revistas Agrícolas**, v. 2, n. 3, p. 27-30, 2005.

DIEGUES, A. C. Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos florestais da Mata Atlântica. In: SIMÕES, L. L.; LINO, C. F. (org.). **Sustentável Mata Atlântica: exploração de seus recursos florestais**. São Paulo: SENAC, 2002. p. 135-158.

\_\_\_\_\_. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000.

FRANÇA, G. B. et al. Gênero e território: a participação das mulheres nas práticas de sustentabilidade e a afirmação da territorialidade enquanto elemento de cidadania. **Cadernos**

da **Escola de Direito**. Centro Universitário Autônomo do Brasil, Paraná, v.3, n.16, p. 294-306, 2015.

GIL, A. C. **Modos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.  
GONÇALO, J. E. Gestão e comercialização de produtos florestais não madeireiros (pfnm) da biodiversidade no Brasil. In: **XXVI Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, 26, 2006, Fortaleza, CE. Anais (on-line). Fortaleza: ENEGEP Out. 2006.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Mapa de Biomas e de Vegetação**, 2004. Disponível em:  
<<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>>. Acesso em 25 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO ECOENGENHO. **Caderno Técnico: Síntese do Projeto Aroeira**. Maceió: Ecoengenho, 2011.

LEONEL, M. Bio-sociodiversidade: preservação e mercado. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol.14, n.38, Jan./Abr. 2000.

LEFF, E. ORTH, L. M. E. (trad.). **Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEONELLO, J. C. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. Tese (Doutorado em Serviço Social)–Faculdade de História, Direito e Serviço Social. UNESP, Franca-SP, 2010.

LISBOA, T. K.; LUSA, M. G. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Estudos feministas**. Florianópolis, v. 18, n.3. set. /dez. 2010.

MACIEL, K. N; SILVA, D. V. Protagonismo feminino na produção sustentável: estudo de caso a partir da Associação Aroeira em Piaçabuçu, Alagoas. In: **VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 8, 2017**, Curitiba, PR. Anais (on-line). Universidade Federal do Paraná, 2017. Disponível em:  
<[https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt04\\_1506890995\\_arquivo\\_artigo-singa2017\\_kleciane.pdf](https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt04_1506890995_arquivo_artigo-singa2017_kleciane.pdf)>. Acesso em 23 Dez. 2017.

MAFRA, M. S. H.; STADTLER, H. H. C. Etnoconhecimento e Conservação da Biodiversidade em Áreas Naturais e Agrícolas no Planalto Sul Catarinense. In: **III Congresso Brasileiro de Sistemas**, 3, 2007, Florianópolis, SC. Anais (on-line), Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

METELLO, D. G. **Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias: o caso da justa trama – cadeia solidária do algodão agroecológico.** 2007. Dissertação (Programa de Pós-Graduação de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE) Rio de Janeiro.

MAZALLA NETO, W. **Agroecologia e movimentos sociais: entre o debate teórico e sua construção pelos agricultores camponeses.** Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola. Campinas, 2014.

NASCIMENTO, C.R.A. **Programa ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade- um estudo de caso.** Monografia (Serviço Social) -Universidade de Brasília- UNB. Brasília – DF,2008.

NICHOLLS, C. I. et al. Agroecologia e o desenho de sistemas agrícolas resilientes às mudanças climáticas. **Revista agrícolas: experiências em agroecologia, cadernos para debate**, n.2, p.3-3, jan. 2015.

NORMANDER, B. Biodiversidade: combater a sexta extinção em massa. In: ASSADOURIAN, E. ; RENNER, M. (org.). **Rumo à prosperidade sustentável rio + 20:** relatório do Worldwatch Institute sobre os avanços rumo a uma sociedade sustentável. Salvador, BA: Universidade Livre da Mata Atlântica, 2012, p.189-196.

OLIVEIRA, A. J. **Capital social e tecnologia social: um estudo de caso na Associação Aroeira em Alagoas.** Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

OLIVEIRA, M. L. S. et al. Do silêncio a palavra: relações de gênero associadas a processos emancipatórios em um assentamento de reforma agrária no sul de Minas. **Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia.** Curitiba: 2011, p. 1-20.

PAULILO, M.I. **Mulheres Rurais: quatro décadas de diálogo.** Florianópolis: UFSC, 2016.

PERFIL MUNICIPAL. Secretaria Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG), n.3, 2015. Disponível em: <<http://dados.al.gov.br/dataset/perfil-municipal-2015/resource/92b93354-0127-46a0-add6-dd8eee29d380>>. Acesso em 02 jan. 2018.

PROJETO DE CONSERVAÇÃO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA BRASILEIRA-PROBIO. **Relatório de atividades.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2002. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/publicacoes/biodiversidade/category/58-probio-i-serie-biodiversidade?download=944:relatorio-de-atividades-do-projeto-de-conservacao-e-utilizacao-sustentavel-da-diversidade-biologica-brasileira-probio-1996-2002>>. Acesso em 24 nov. 2017.

PULEO, A. Feminismo y ecologia. **Mujeres en Red – El periódico feminista**, nov./2012. Disponível em: <<http://www.mujiresenred.net/spip.php?article2060>>. Acesso em 25 de out. 2017.

RAMOS, F. S. **Entre a teoria e a prática agroecológica, Onde e como estão as mulheres rurais?** Um estudo na região da grande Florianópolis (SC). Dissertação de mestrado (Sociologia Política)–Centro de Filosofia e ciências Humanas, UFSC. Florianópolis-SC, 2016.

REIS, M.S. et al. Contexto Ecológico, Fundiário e Legal dos recursos da Mata Atlântica. In: SIMÕES, L. L.; LINO, C. F.(org.). **Sustentável Mata Atlântica: Exploração de seus recursos florestais**. 2 ed. São Paulo: Senac, 2003. p.157-169.

RIBEIRO, E. M. et al. Gestão, uso e conservação de recursos naturais em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha. **Estudos urbanos e regionais**, v.7, n.2, Nov. 2005.

SANTOS, F. S. **Comércio justo e empoderamento: estratégias de pequenos produtores rurais vinculados ao sistema cooperativista**. Maceió: EDUFAL, 2015.

SARDENBERG, C. M. B. Da Transversalidade à Transversalização de Gênero: Aportes Conceituais e Prático-Políticos. In: ALVES, I. et al. (Orgs.). **Travessias de gênero na perspectiva feminista**. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010. p. 37 –73, (Coleção Bahianas; 12).

SCHEFLER, M. L. N. Gênero, autonomia econômica e empoderamento. O real e o aparente: Sistematização de processos de investigação-ação e/ou de intervenção social. **Revista Feminismos**, vol.1, n.3, set./dez. 2013.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILIPRANDI, E. C. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre, v.1, n.1, p. 61-71, jan./mar. 2000.

\_\_\_\_\_. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

\_\_\_\_\_. **Mulheres agricultoras: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar**, 2013. Disponível em:  
< [http://www.rimisp.org/wp-content/uploads/2013/05/Paper\\_Emma\\_Siliprandi-12.pdf](http://www.rimisp.org/wp-content/uploads/2013/05/Paper_Emma_Siliprandi-12.pdf).>  
Acesso em 05 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Tese doutorado (Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009.

SILVA, C. M.V.; VALENTE, A. L. E. F. Agricultura familiar, gênero e dinâmicas sociais: Um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa Rica. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol.51 n.2. Brasília: Apr./Jun. 2013.

SILVA, D.V. et al. Novas dinâmicas socioprodutivas no rural alagoano: o caso da associação aroeira, Piaçabuçu-Alagoas, in: **III Encontro Regional dos Estudantes do Campo de Públicas do Nordeste-ERECAP NE**, 3. 2017, Arapiraca, AL. Anais (on-line). Arapiraca: Universidade Federal de Alagoas – Campus Arapiraca, 2017. p. 32 41. Disponível em:

<[http://docs.wixstatic.com/ugd/eab1cf\\_f267ef8c9546415086bb60aea7e9bccb.pdf](http://docs.wixstatic.com/ugd/eab1cf_f267ef8c9546415086bb60aea7e9bccb.pdf)>. Acesso em 20 ago. 2017.

SILVA, D.W. et al. Extrativismo, desenvolvimento e sustentabilidade no contexto da Amazônia brasileira. **Revista UFPR**, vol. 38. Paraná: Ago. 2016.

SOS MATA ATLÂNTICA. **Florestas**, 2017. Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/nossa-causa/a-mata-atlantica/>>. Acesso em 03 de dez. 2017.

SOUZA, G. C. d. **Extrativismo em área de reserva da biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul: um estudo etnobiológico em Maquiné**. Tese (Doutorado em Botânica). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

VASCONCELLOS, B. M. Mulheres rurais, trabalho associado e Agroecologia. In: NOVAES, H.; MAZIN, Â. D. ; SANTOS, L.(Orgs). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2015, p.341-370.

VEIGA, J. E. d.; EHLERS, E. **Diversidade biológica e dinamismo econômico no meio rural**, 2009. Disponível em: <<http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/Veiga-eEhler-in-MayorgEMA-2010.pdf>>. Acesso em 19 out. 2017.

YOUNG, C. E. F. Causas socioeconômicas do desmatamento da Mata Atlântica brasileira. In: LEAL, C. G.; CÂMARA, I. d. G. (ed.); LAMAS, E. R. (trad.). **Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas**. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica; Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2005.

\_\_\_\_\_. Economia do Extrativismo em áreas de Mata Atlântica. In: SIMÕES, L. L; LINO, C. F. (org.). **Sustentável Mata Atlântica: Exploração de seus recursos florestais**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2003, p.170-181.

ZANCHET, M.S. **Características dos empreendimentos econômicos solidários no Paraná**. Nota técnica-Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), 2008. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/nota\\_tecnica\\_salete.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/nota_tecnica_salete.pdf)>. Acesso em 02 jan. 2018.